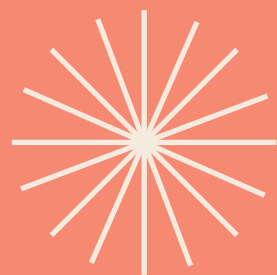


DIALÓGOS FEMINISTAS

NOSSOS FEMINISMOS E A CONJUNTURA POLÍTICA

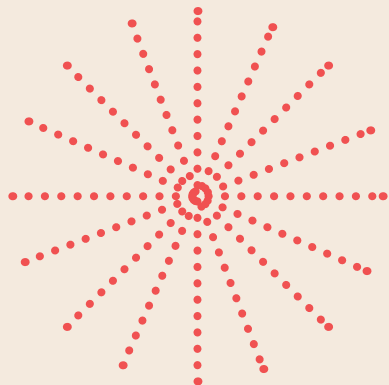
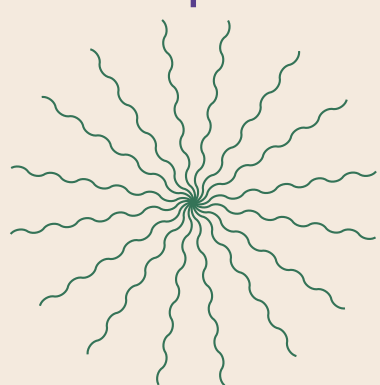
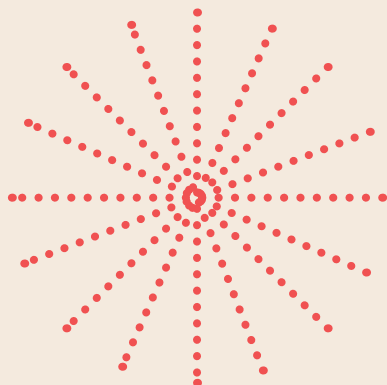
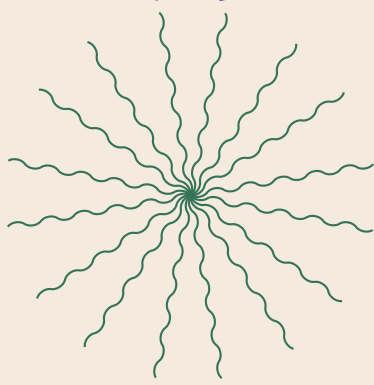
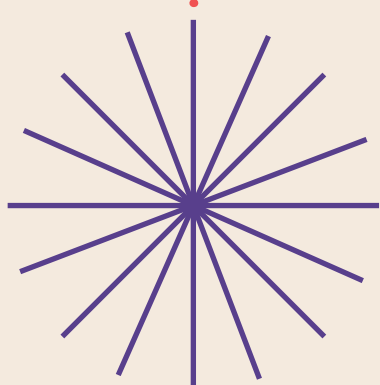
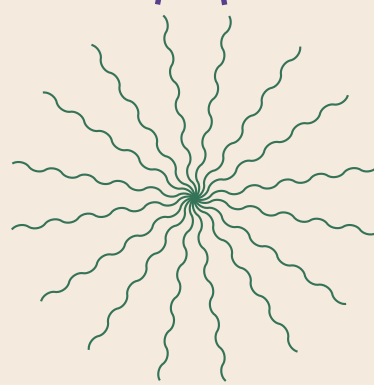
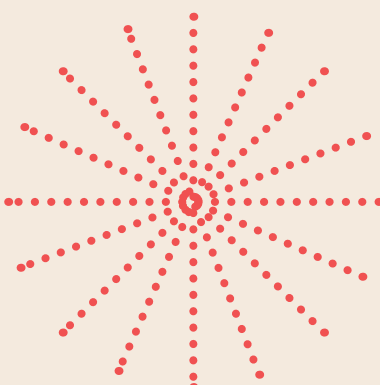
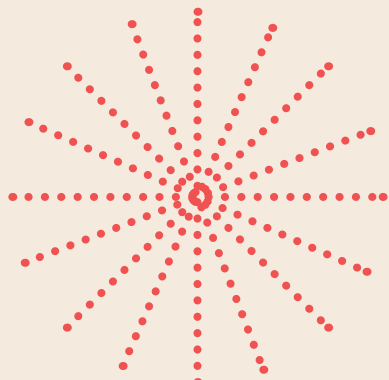
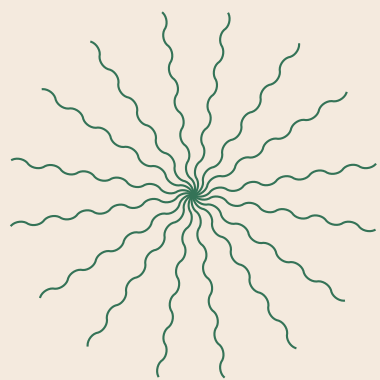
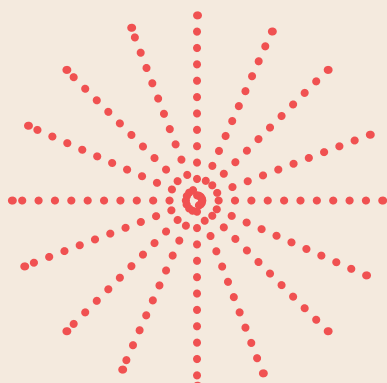
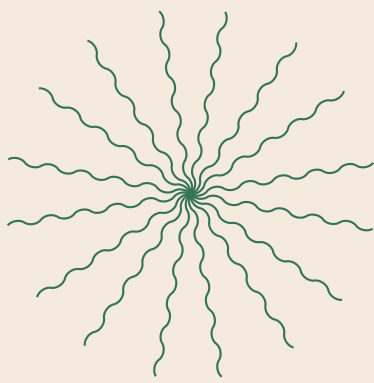
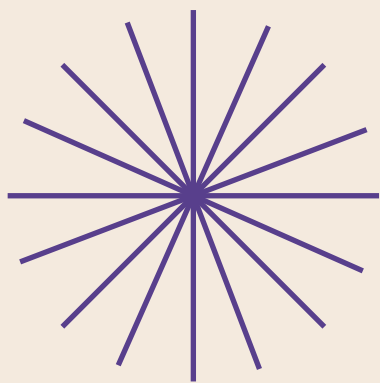


DIÁ
LOGOS
FEMI
NIS
TAS



sumário

- 05** Apresentação
- 08** Histórias dos Feminismos no Brasil
- 09** Um feminismo singular
Albertina Costa
- 12** Contribuições do feminismo negro brasileiro
Juliana Borges
- 15** Idas e vindas: feminismo periférico
e hip hop na cidade de São Paulo
Jaqueline Santos
- 17** Feminismo Camponês Popular
Michela Calaça
- 21** Marcos, mudanças e desafios dos
feminismos na internet
Priscilla Brito
- 23** Preocupações sobre história
e teoria feminista no Brasil
Carmen Silva
- 26** Diálogos e Inquietações
- 27** Nossas Histórias
- 32** Nossos Feminismos
- 40** Alguns Desafios
- 54** À esquerda e adiante
- 56** Lista de participantes



Apresentação

Nesta publicação, apresentamos a sistematização das discussões realizadas num encontro entre militantes feministas de diferentes partes e movimentos organizados no Brasil, que aconteceu nos dias 07 e 08 de junho de 2022, na cidade de São Paulo. Esse encontro, organizado pela Fundação Friedrich Ebert-Brasil e pelo SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia, é parte de uma iniciativa chamada Diálogos Feministas, criada por estas organizações em 2018, e que havia sido interrompida durante pandemia.

A proposta dos Diálogos Feministas é promover espaços de reflexão entre feministas, fortalecendo alianças e a troca de conhecimentos entre movimentos e organizações. Os encontros anteriores resultaram nas publicações: [Desafios frente ao crescimento da onda fundamentalista, Ativismo na internet e coletivos online no atual contexto político, Análise de conjuntura e desafios para a defesa da democracia e Desafios do feminismo no Brasil](#).¹

No encontro de junho de 2022, que teve como tema Nossos Feminismos e a Conjuntura Política, conversamos sobre como movimentos que atuam em diferentes territórios têm enxergado o campo feminista brasileiro dentro do contexto político que estamos vivendo e o que vislumbramos para enfrentar este cenário.

¹ Se você está lendo a versão digital desta publicação, pode acessar as publicações dos encontros anteriores clicando no título dos encontros. Se estiver lendo a versão impressa, pode acessar o material nos sites da FES Brasil (<https://brasil.fes.de/>) ou do SOS Corpo (<https://soscorpo.org/>). Para encontrar os materiais com mais facilidade, digite "Diálogos Feministas" nas barras de busca destes sites.

Na última década, o feminismo brasileiro viveu momentos de grande efervescência e passou por muitas transformações. O acúmulo de décadas de atuação dos movimentos feministas no país, a ampliação do debate público sobre os direitos das mulheres, fruto de um momento de maior democratização vivido nacionalmente, e o papel que as novas tecnologias digitais têm ocupado nas mobilizações coletivas são alguns dos elementos que impulsionaram momentos de grande visibilidade das pautas feministas.

Vimos os debates feministas extrapolarem os círculos que vinham ocupando e chegarem nas escolas, na mídia, e em vários outros espaços. Vimos o fortalecimento do feminismo em movimentos sociais mistos, partidos e sindicatos e vimos o fortalecimento dos próprios movimentos feministas em todo país, assim como a explosão de coletivos atuando nas mais diferentes esferas. Vimos o fortalecimento do feminismo nas Universidades e o aumento da produção teórico-política feminista. Vimos o feminismo crescer, se repensar, e reelaborar muitas das suas propostas, visibilizando as opressões vividas pelas mulheres nas nossas diversidades.

O avanço conservador que estamos vivendo nos últimos anos coloca ameaças para o que conquistamos até aqui. Para nós, este é um momento importante para discutirmos a nossa organização política e a configuração do campo feminista no Brasil, fazendo um balanço do que foi vivido nas últimas décadas e de como estamos

entendendo o presente, para que possamos fortalecer um horizonte de lutas feministas para o futuro.

Nesta publicação, compartilhamos com vocês algumas ideias que surgiram a partir das discussões feitas no encontro de junho de 2022, com o desejo de que este material possa alimentar outros diálogos e reflexões, espaços formativos promovidos pelos movimentos e também a autoformação de militantes feministas. Entre as discussões que deram vida a essa sistematização e a sua publicação, atravessamos um duro período eleitoral. Neste percurso, alguns desafios identificados pelas militantes que participaram do encontro se confirmaram e seguem sendo elementos interessantes para pensarmos sobre relações entre partidos e movimentos, sobre a nossa atuação em períodos eleitorais e sobre o diálogo que estabelecemos com a sociedade.

Estrutura da Publicação

A publicação está dividida em duas partes, que estão subdivididas em outras seções menores. Na primeira parte, nomeada de Histórias dos Feminismos no Brasil, apresentamos um resumo das falas de militantes que foram convidadas a fazer pequenas apresentações para contribuir com o nosso debate coletivo sobre como entendemos a história do/s feminismo/s brasileiro/s. Cada uma destas convidadas trouxe aportes que estão relacionados com as suas próprias vivências políticas e com o lugar das suas atuações, estabelecendo relações com leituras possíveis sobre a história dos feminismos de forma mais ampla. Os textos foram sistematizados posteriormente, mas passaram

também pela revisão das autoras antes de serem publicados. Cada um traz questões diferentes para pensarmos a nossa história, nos ajudando a construir um mosaico em movimento, uma espécie de caleidoscópio dos feminismos brasileiros.

A segunda parte traz uma sistematização dos debates que foram feitos ao longo do encontro. Ela foi escrita a partir das falas que foram feitas pelas participantes na troca umas com as outras. O texto desta segunda seção não expressa as perspectivas políticas individuais de cada participante do encontro, tampouco pretende ser uma síntese de tudo o que foi discutido e também não está organizado na ordem em que as falas e as discussões foram realizadas. Esta sistematização apresenta alguns pontos chave que surgiram ao longo do debate, às vezes ressoando a partir de concordâncias, às vezes a partir de discordâncias que nos ajudam a pensar sobre um mesmo tema a partir de diferentes ângulos.

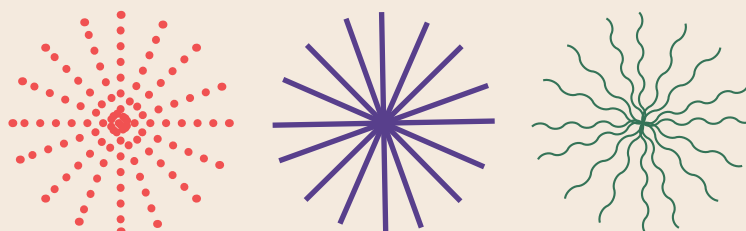
Esta parte da publicação está dividida em quatro tópicos principais: **Nossas histórias**, que traz reflexões sobre diferentes entendimentos das histórias dos nossos feminismos; **Nossos feminismos**, onde apresentamos algumas ideias sobre o entendimento da identidade ou das identidades que os feminismos brasileiros têm hoje; **Alguns Desafios**, que identifica alguns desafios do contexto que estamos vivendo; e **À esquerda e adiante**, que apresenta estratégias para pensarmos a nossa organização feminista no presente e no futuro.

Cada um traz questões diferentes para pensarmos a nossa história, nos ajudando a construir um mosaico em movimento, uma espécie de caleidoscópio dos feminismos brasileiros.

Além de reflexões elaboradas coletivamente, essa publicação também traz muitas perguntas. Para algumas delas nós não temos respostas. Para outras, tivemos mas não temos mais. Para outras, alguns movimentos e militantes têm e outros não. Independente do tipo de relação que estabelecemos com elas, essas perguntas estão aqui porque acreditamos que elas nos instigam a seguir pensando sobre as nossas práticas políticas e as nossas estratégias. Elas revelam também, de alguma forma, o

caráter aberto que tem esse material, que tem como propósito a elaboração de novas respostas que podemos construir para as perguntas em cada território, em cada movimento, em cada encontro diferente.

Desejamos uma boa leitura e ótimos debates para todas vocês que encontrarão este material pelo mundo dos movimentos, sindicatos, partidos, coletivos, através de uma amiga ou na internet.



HISTÓRIAS

DOS

FEMINISMOS

NO

BRASIL

Um feminismo singular

Albertina de Oliveira Costa

Esta é uma tentativa de identificar o caráter único do feminismo brasileiro bem como o perfil das mulheres que se mobilizaram por direitos (através dos tempos). Trata-se de um percurso de longa duração, quase dois séculos. Foram muitas mobilizações multifacetadas, movimentos diversos que se contrapõem e se interpe- lam. Aqui alguns flashes buscam iluminar quatro momentos dessa trajetória.

Momento 1.

No século XIX surgiram várias publica- ções feministas em vários pontos do país. No Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Pernambuco, na Bahia. Algumas de curta duração, outras de mais fôlego como *A mensageira* (1897-1900)². O *Jornal das Senhoras*, dirigido por Juana Paula Manso, de 1852, é considerada a mais antiga. Quem eram as mulheres que redi- giam estas revistas? Certamente mulheres de elite, urbanas, escolarizadas. Uma frac- ção bastante minoritária, muito pouca gen- te sabia ler e escrever naquele contexto. Em 1891, na primeira eleição para presidente da República, apenas 5% da população votou. Durante toda a República Velha (1889/1930) apenas podiam votar homens com mais de 21 anos que não fossem analfabetos, reli- giosos ou militares. Interessante destacar é que essas senhoras se correspondiam e de algum modo funcionavam em rede, o que era pouco usual na época. De conteúdo

variado, os jornais compartilhavam o foco na educação das mulheres e argumenta- vam que meninas mais escolarizadas se tornariam melhores mães. Alguns assumiam posições abolicionistas ou sufragistas. Estas publicações têm sido estudadas em litera- tura e ignoradas em política.

Momento 2.

Início do século XX. É um momento de efervescência feminista. Em 1910 a pro- fessora Leolinda Figueiredo Daltro funda o Partido Republicano Feminino. Em 1919, a professora Maria Lacerda Moura e a bióloga Bertha Lutz criam a Liga pela Emancipação Feminina. Em 1922 é fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, de maior impacto e longevidade. Célebre no- tadamente pela luta pelo voto das mulhe- res. Quem estava à frente? Mulheres com profissões de nível superior como Bertha Lutz ou a engenheira Carmen Portinho, presença escassa no país, brancas, ainda uma elite, burguesas que não acolhiam as demandas das mulheres pobres e negras, diria a anarquista Maria Lacerda Moura. A composição da Federação abrigava al- gumas exceções como Almerinda Gama, mulher negra e sindicalista, presidente do sindicato das Datilógrafas e Taquigrafas, que mais tarde seria eleita deputada clas- sista à Assembléia Constituinte de 1934³. É corrente se afirmar que, alcançado o direito

² Versão digital disponível.

³ Ver Filme *Almerinda uma mulher de 30*, de Joel Zito Araújo e Angela Freitas.

de voto, ocorreu uma desmobilização da FBPF. Não foi bem assim. Bertha Lutz foi delegada na conferência inaugural da ONU em 1945 e foi responsável pela inclusão da menção à igualdade entre os sexos na Carta das Nações Unidas. Bem mais tarde, em 1962, a advogada Romy Medeiros da Fonseca foi autora da revisão da situação da mulher casada no Código Civil brasileiro e, representando a Frente, em 1977 foi a autora intelectual da lei do divórcio.

No período 1900-1930 era forte a presença do movimento anarquista operário, composto majoritariamente por trabalhadores imigrantes, sua porção anarcofeminista propugnava pela participação da mulher no mercado de trabalho e as publicações libertárias denunciavam as discriminações, as más condições de trabalho e o assédio sexual sempre presente.

Paradoxalmente mulheres de extrema direita como a influente jornalista Rosalina Coelho Lisboa, apoiadora da Ação Integralista Brasileira e do Estado Novo, também se assumiram feministas e defenderam os direitos das mulheres. Rosalina, por ter trânsito no governo Getúlio Vargas, conseguiu evitar que durante o Estado Novo fosse aprovado um Estatuto da Família muito conservador de molde fascista.

Nem sempre as boas causas caminham juntas.

Momento 3.

Século XX, anos 70. É nesta configuração que está enraizada a especificidade do feminismo brasileiro. A conjuntura política e a desigualdade social imprimiram características distintivas ao movimento. Inserido no arco de forças que se opunham à ditadura, o feminismo brasileiro priorizou reivindicações de cunho social em detrimento de reivindicações de cunho individual e evitou questões controversas. De outra parte, as feministas, em sua maioria universitárias de classe média, integram um movimento de mulheres de composição social mais abrangente. Assim, à diferença dos países centrais⁴, são avançadas demandas por equipamentos sociais básicos, luz, esgoto, creches, usualmente ausentes do discurso feminista. Reivindicações dos clubes de mães da periferia são incorporadas à pauta do movimento.

A composição eclética e as bandeiras levantadas singularizam o feminismo brasileiro do período. A Igreja Católica desempenhou um papel chave na frente ampla de oposição à ditadura, em consequência, o direito ao aborto foi omitido ou relegado a um espaço depreciado na agenda do movimento feminista. De conformidade com a precedência dos direitos sociais sobre os direitos individuais, uma solução engenhosa foi encontrada, o tema da defesa da vida e o combate à violência contra as mulheres foi erigido em carro chefe das reivindicações do movimento brasileiro. Posição que se mantém até hoje com forte poder de atração e com um histórico de conquistas como a Lei Maria da Penha. Na quadra inicial, mulheres negras com formação universitária estão presentes até em lugares de

⁴ Países centrais, aqui, se refere aos países que compõem o centro econômico do capitalismo contemporâneo, notadamente os países da Europa Ocidental e os Estados Unidos da América.

destaque, como Lélia Gonzalez, mas inexistiu um espaço reservado para suas reivindicações específicas. Uma foto emblemática mostra oito feministas brancas sentadas frente a uma mesa, nela aparecem lideranças importantes do feminismo brasileiro como Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, entre outras. Atrás delas, em pé, uma mulher negra com farda de doméstica segura uma jarra. Com o recrudescimento do movimento negro, uma das mulheres sentadas, Sandra Azeredo, vai assumir sua identidade negra, para espanto geral.

Desde o início, a vaga feminista dos anos 70 incorporou, em alguma medida, a diversidade social e racial do país. De outra parte, destacou o combate a violência contra mulher como seu tema de eleição.

Momento 4.

Século XXI. A efervescência feminista dos dias atuais é outra característica que diferencia o movimento brasileiro. Num quadro de refluxo generalizado, a potência e a capacidade de mobilização do movimento brasileiro se destacam e espantam. De acordo com pesquisa da Fundação Perseu Abramo, a maioria das brasileiras

se identifica com o feminismo. No entanto, na cesta de temas feministas escolhem os que aprovam e os que desaprovam. Tem grande adesão o combate a violência contra a mulher e a equiparação salarial entre mulheres e homens e importante rejeição a descriminalização do aborto. A análise das causas da efervescência presente carece de aprofundamento. Em parte pode ser atribuída a políticas implementadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). As políticas de ações afirmativas permitiram o ingresso na universidade de uma geração egressa de segmentos sociais que nunca tinham tido acesso à educação superior, essa política beneficiou especialmente as mulheres que teriam desenvolvido uma reação semelhante a das universitárias dos anos 70. Por outro lado, o feminismo se institucionalizou em conselhos e outras agências governamentais voltadas para assegurar os direitos das mulheres. De algum modo, foi banalizado e tornou-se menos arriscado.

É importante destacar que há muito a ser investigado, toda a trajetória do movimento feminista no Brasil é pouco estudada. Em geral, o que temos são estudos parciais, muitas vezes realizados por pesquisadoras estrangeiras.



Contribuições do feminismo negro brasileiro

Juliana Borges

Quando a gente se pergunta se existe um feminismo brasileiro, devemos olhar para a potência do que construímos aqui e como o nosso feminismo é uma referência para mulheres de outras localidades. Principalmente porque muitas vezes olhamos para o que está sendo feito em outros lugares e desconhecemos o que está sendo construído aqui. É importante colocar a construção histórica da referência que nós nos tornamos para mulheres de outros países em relação à nossa organização, à forma como popularizamos o feminismo, à riqueza do nosso feminismo, que tem mulheres que lutam por postos de saúde e mulheres que lutam pela legalização do aborto atuando juntas. É só pensar no que é organizar um 8 de março no Brasil. O longo processo de discussão sobre qual deve ser o lema e quais serão as pautas da marcha. São discussões que falam da grande diversidade de mulheres construindo esses espaços. São discussões longas, mas na maioria das vezes conseguimos sair mais articuladas e fortalecidas.

Eu não poderia deixar de falar do feminismo brasileiro sem puxar sardinha para o feminismo negro. O feminismo negro brasileiro traz discussões fundamentais que são referências importantes para mulheres de outros lugares. Em 2019, na visita que Angela Davis fez ao Brasil, ela questionou um público enorme que tinha ido ouvi-la: “Eu me sinto estranha quando sinto que estou sendo escolhida para representar o feminismo negro. E por que aqui no Brasil vocês precisam buscar essa referência

nos Estados Unidos? Eu acho que aprendo mais com Lélia Gonzalez do que vocês poderiam aprender comigo”⁵. A gente pode pensar também na importância do pensamento de Paulo Freire, uma referência brasileira que não é uma mulher, mas que norteia toda a obra de autoras como bell hooks e Patricia Hill Collins.

Quando os levantes no Chile e na Argentina se tornaram notícia, nossos companheiros questionaram porque é que a gente não estava fazendo isso no Brasil. O que eles não sabiam é que nós também éramos uma referência para aquelas mulheres. Enegrecer o Feminismo, de Sueli Carneiro, é uma referência para as mulheres de toda América Latina. A discussão racial feita pelas feministas brasileiras é uma referência. A conjuntura que estamos vivendo no Brasil tem nos deixado muito cabibaixas, mas nós somos muito importantes como impulsionadoras de diversas pautas e somos referenciais para outras mulheres. Kimberlé Crenshaw⁶ é conhecida por várias pessoas como marco da interseccionalidade, pessoas que muitas vezes não conhecem as contribuições de Sueli Carneiro, de Luiza Bairros sobre a vida das mulheres negras e o feminismo negro. E não tem como falar desse referencial sem falar de Lélia Gonzalez, da ideia de amefricanidade

⁵ A citação exata foi retirada do artigo “Em São Paulo, Angela Davis pede valorização de feministas negras brasileiras”, publicado no Brasil de Fato em 20 de Outubro de 2019. Acesse o artigo no link: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/20/em-sp-angela-davis-pede-valorizacao-de-feministas-negras-brasileiras>

⁶ Jurista norte-americana que cunhou o termo interseccionalidade.

e Améfrica Negra, que são marcos importantes para pensarmos a especificidade do feminismo brasileiro.

Lélia Gonzalez fazia um trânsito entre os movimentos populares, o movimento feminista, a universidade e o movimento negro. Ao refletir sobre a complexidade do racismo e do sexismo no nosso país, ela conseguia sintetizar e estabelecer relações entre o conhecimento popular e o acadêmico. E chamava atenção para a importância de descentralizar o conhecimento, inclusive criticando a influência dos Estados Unidos. Nós, como pessoas em diáspora, produzimos uma perspectiva própria de emancipação. Não é se voltar para a África e não é mirar na Europa para pensar o feminismo, mas pensar o feminismo a partir de como o feminismo se constitui aqui, no nosso território.

O racismo estrutural é uma discussão que está muito acesa hoje, mas Lélia falava que o racismo é um sistema que não se organiza de maneira igual em todo canto. Quando se discutia o que estava acontecendo nos Estados Unidos com o Black Lives Matters (Vidas Negras Importam)⁷, a gente também escutava de companheiros: “Por que vocês negros no Brasil não estão fazendo o que os negros estão fazendo lá?”. E respondemos: “Vocês precisam entender como o racismo

A nossa conquista de deixar de colocar feminino e masculino no formulário no censo, de colocar raça no censo, os equipamentos de políticas públicas para as mulheres que construímos nas últimas décadas, tudo isso são conquistas que fazem com que mulheres de outras localidades estejam olhando para a nossa construção.

se estrutura no Brasil e como se estrutura lá. Morrem 50 mil pessoas negras por ano no Brasil. 56% da população brasileira se reivindica negra. Lá, eles também se assustam com a escala de violência que existe aqui e se perguntam como conseguimos manter a nossa resistência diante de um cenário como esse”.

Eu acredito que a gente pode falar que exista um feminismo brasileiro, porque o feminismo brasileiro, tanto para América Latina como para as feministas do Norte global, tem se tornado uma referência. Aquela imensa massa de mulheres contra Trump⁸ é um episódio conhecido como um exemplo contemporâneo que articulou feministas de forma massiva. O interessante é que o feminismo do Sul global, o feminismo latino americano e a ocupação das ruas que fazemos aqui foi uma inspiração para elas naquele momento. A nossa conquista de deixar de colocar feminino e masculino no formulário no censo, de colocar raça no censo, os equipamentos de políticas públicas para as mulheres que construímos nas últimas décadas, tudo isso são conquistas que fazem com que mulheres de outras localidades estejam olhando para a nossa construção.

É comum que se diga que o feminismo vem dos países do Norte para o Sul, que

⁷ Black Lives Matters significa Vidas Negras Importam em inglês. É um movimento internacional que começou nos Estados Unidos e denuncia a violência policial contra a população negra. Durante a pandemia, um caso emblemático que massificou as discussões levantadas pelo movimento foi o assassinato George Floyd, em maio de 2020, em Minneapolis, nos Estados Unidos. A morte de Floyd desencadeou protestos da comunidade negra em diferentes partes do país e também internacionalmente, sendo também um movimento muito ativo na internet.

⁸ Nas eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2016, as mulheres foram um dos principais grupos que se opuseram à candidatura de Donald Trump, um candidato conservador que representava ideais racistas e machistas. As mulheres foram massivamente às ruas em diferentes cidades do país declarar sua oposição ao candidato. Nas eleições de 2020, as mulheres, novamente, se opuseram contra Donald Trump que, apesar de ter sido eleito em 2016, não foi reeleito em 2020.

nós estamos sempre olhando pra lá, mas o que tem acontecido é uma intensificação das nossas trocas. Nesse momento, a gente vive uma disputa intensa da rearticulação do patriarcado racial carcerário, vivemos o aprofundamento do sequestro do estado pelo capital e intensos ataques à democracia. Os sistemas de opressão também

precisam de uma resposta articulada mundialmente. E eu acredito que as respostas para esse cenário partem dos feminismos que a gente constrói no Brasil e na América Latina, do feminismo decolonial, do feminismo afroladino, da potência do que estamos construindo.



Idas e vindas: feminismo periférico e hip hop na cidade de São Paulo

Jaqueline Santos

Eu sou de 1986, então essa história que vou contar começa muito antes de quando eu chego nela, mas tem a ver com como o feminismo chegou até mim. São Paulo tem uma história de transformação urbana no século XX que reforça a segregação espacial. Antes do século XX as pessoas pobres e ricas habitavam o mesmo espaço geográfico, que é essa região central da cidade. No início da década de 1930, se inicia um projeto de urbanização que remove as pessoas pobres para as margens. Esse projeto constrói grandes avenidas para conectar o centro aos espaços periféricos e inicia a implantação do sistema de transporte público. Assim, as pessoas pobres, em sua maioria negras, passam a morar longe, mantendo idas diárias ao centro da cidade para trabalhar.

Os bairros mais distantes enfrentam desde então uma grande falta de estrutura, falta de saneamento básico etc. Nessas comunidades, as pessoas, principalmente as mulheres, começam a se organizar nos movimentos por moradia, creche, postos de saúde. Muitas mulheres que iniciam o feminismo negro em São Paulo são provenientes desse contexto, tendo como referência a organização de mulheres preocupadas com esse direitos fundamentais, como moradia, educação, saúde, segurança etc, e com o cotidiano das mulheres que

sustentam suas casas e não têm com quem deixar os filhos quando vão trabalhar, das mulheres que visitam seus companheiros nos presídios, mulheres que tiram seus filhos das mãos da polícia. Por isso, as disputas em relação aos homens têm também as suas diferenças, já que muito do que afeta as suas vidas também afeta a vida dos homens que participam das suas vidas.

As mulheres organizadas nas periferias começam a ocupar também o centro da cidade e a participar das discussões que se passavam no centro. Nesse movimento, passam a disputar o feminismo e o que é o feminismo, criando um novo feminismo: o feminismo negro e periférico. Elas têm como referência o movimento de mulheres da periferia, e vão falar do cotidiano das mulheres das periferias, mas vão levar também para as periferias o discurso de emancipação do corpo das mulheres e outras pautas feministas.

Nesse período, a juventude das periferias transitava entre diferentes territórios da cidade, ocupando espaços como a São Bento, Praça Roosevelt, 24 de Maio etc. Essa juventude começa a sofrer muita violência policial e as feministas das periferias, que também estavam nesse mesmo movimento de circulação entre centro e periferia, se aproximam dessa juventude.

O projeto Rappers, de Geledés Instituto da Mulher Negra, por exemplo, deu origem à revista Pode crê!, a primeira revista de Hip Hop do Brasil. Tem uma juventude circulando entre esses mundos, como Sharylaine, Cris Lady Rap. São meninas das periferias que têm como referência o movimento de mulheres nas periferias, mas que não se entendem feministas, e vão encontrar o feminismo periférico nesse contato. Quando você conversa com mulheres da geração do Hip Hop do final da década de 1990, elas falam coisas como “Eu fui para o Rio de Janeiro com as feministas negras fazer a campanha da Benedita da Silva”. São sinais de uma relação que ia se fortalecendo. Nas músicas de Rap elas passam a juntar

pautas dos movimentos de mulheres das periferias e do feminismo negro e periférico. Esses contatos e conflitos vão gerando outros feminismos que fazem parte da história do Brasil.

As disputas que essas mulheres fizeram no feminismo nas décadas de 1980 e 1990, reconfigurando o entendimento do feminismo para o plural, tiveram um impacto na vida de mulheres das periferias e formaram uma juventude que levou essas lutas adiante. E foi assim que o feminismo chegou em mim. Eu, como jovem que militava no Hip Hop, e tive contato com a pauta do feminismo através desse contexto.



Feminismo Camponês Popular

Michela Calaça

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), é um movimento auto-organizado de mulheres agricultoras, sem terra, indígenas, quilombolas, pescadoras, extrativistas, etc., que tem bases em todas as regiões do país e faz parte da Coordenadoria Latino-Americana das Organizações do Campo (CLOC) e da Via Campesina, organização mundial de camponeses.

Pensar sobre o feminismo a partir das camponesas demonstra que a gente não conhece muito da história de como as mulheres camponesas se organizavam no Brasil antes do processo de redemocratização, diferente do que acontece em outros países na América Latina e Caribe, onde as camponesas vivenciaram inúmeras lutas de libertação Nacional e de resistência e carregam essas lutas como suas até os dias atuais. No Brasil pouco sabemos sobre nossas diversas lutas de resistência do povo e menos ainda de como se dava a participação das camponesas nessas lutas. As lutas que deveriam ser mais visíveis, mas permanecem invisíveis, são as das mulheres negras escravizadas na construção dos quilombos e de diversas revoltas no período escravista e depois dele. A construção do conceito de Feminismo Camponês Popular nos ajudou a olhar para essas lutas, como parte da nossa história e da luta feminista.

O MMC é fruto do surgimento de várias organizações estaduais de camponesas, durante o período de ascensão das lutas de massas, no início dos anos 1980, no

processo de redemocratização. As camponesas que eram ligadas à teologia da libertação, aos movimentos sociais mistos, aos sindicatos através dos maridos, porque as mulheres não podiam se sindicalizar, não tinham acesso a terra, não tinham acesso à educação, nem à saúde, seus direitos como trabalhadoras não eram reconhecidos, e os impactos da revolução verde começavam a ser notados por elas. Essas são as lutas que majoritariamente moviam as camponesas no Brasil nesse contexto. E é interessante que algumas delas são as mesmas lutas que deram origem ao que majoritariamente se chama hoje de luta feminista.

Na sua origem, o MMC ainda não usava o conceito de feminismo, falávamos em gênero e classe. Mas as mulheres do campo se organizavam e faziam as lutas, e isso foi fazendo com que a gente fosse compreendendo que essa também era uma forma de luta feminista. Em 2004, ao nacionalizarmos o movimento, nos reivindicamos uma organização feminista, socialista, que defendia a agroecologia.

Antes mesmo da nacionalização nós já construíamos a CLOC e a Via Campesina, que surgem no final dos anos 1980 e início dos 1990. É na CLOC que o conceito de Feminismo Camponês Popular surge, a partir das diferentes lutas travadas pela diversidade de composição do campesinato da nossa região colonizada e de capitalismo dependente, o que impõe uma série de violências aos povos da América Latina e Caribe.

Já no I Congresso da CLOC, em 1994, as mulheres camponesas debatem com toda a CLOC se as organizações compostas apenas por mulheres camponesas vão se organizar na CLOC. Ainda era muito forte a ideia que o gênero divide a classe, mas as camponesas defenderam que a luta das mulheres fortalece a luta de classes e essa perspectiva foi compreendida por toda a CLOC/Via Campesina. Assim, as organizações que já existiam de mulheres camponesas compõem a CLOC desde do início e vão ajudar a criar várias outras. No II Congresso, as camponesas já estão mais organizadas internamente e a comissão de mulheres da CLOC organizou a primeira assembleia de mulheres, que passou a fazer parte de todos os congressos daí em diante. As assembleias são parte do congresso e suas definições são assumidas por toda a organização.

Nesse período ainda não falávamos que nossa luta era feminista. Com o tempo, a gente foi percebendo que também entendíamos o feminismo a partir de um estereótipo que era apresentado. Feminista eram mulheres que não gostam de homem, mulher que “não sei o quê”; feminismo era colonizador, a gente não devia reivindicar esse nome porque era uma luta que vinha de fora da América Latina e Caribe. Aqui no Brasil o MMC já tinha uma articulação com o feminismo urbano, já começava a discutir sobre o feminismo, mas a posição nítida para fora será em 2004.

A CLOC reúne uma diversidade de povos e modos de vida. As mulheres são protagonistas nessas lutas, que por um tempo eram chamadas de lutas que articulam gênero e classe. Na medida em que as mulheres vão se articulando mais regionalmente e nacionalmente, se vive um processo de surgimento e ampliação de vários movimentos de mulheres auto organizadas nos países da América Latina, como: Asociación Nacional

de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI), no Chile; Consejo para el Desarrollo Integral de la Mujer Campesina (CODIMCA), em Honduras; Federación Nacional de Mujeres Campesinas, Indígenas, Nativas y Asalariadas de Perú (FENMUCARINAP), no Perú; Confederación Nacional de Mujeres Campesinas (CONAMUCA), na República Dominicana; Red de Mujeres Rurales de Uruguay (RMRU), no Uruguay; Confederación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia “Bartolina Sisa” (FNMCB), na Bolívia; Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI), Paraguay e o próprio MMC que se nacionaliza.

As mulheres estão, a partir das lutas que travam, refletindo sobre a vivência de ser mulher camponesa. Hoje a gente chama de olhar feminista, antes não, mas sempre foi nítido que as mulheres sofriam mais os impactos do capital no campo, e também do patriarcado no campo e nas organizações. As mulheres sempre precisavam lembrar: *“Nós não estamos aqui como convidadas, somos dirigentes como qualquer homem”*.

Mesmo já existindo organizações de camponesas que se reivindicavam feministas e mulheres de organizações mistas construindo setores auto-organizados, um marcador fundamental do avanço do debate das mulheres ao debate feminista, além das vivências das desigualdades, foram os processos de formação e articulação das Escolas das Mulheres da CLOC/Via campesina, que começaram a ser realizadas em 2008. Nesse momento, a gente organiza melhor o debate sobre economia política e a vida das mulheres, agroecologia e do próprio feminismo. E as mulheres vão começando a ver que as suas lutas faziam sentido com aquele nome. Como eu disse, houve muita discussão e muito enfrentamento nesse processo, os entendimentos

não eram lineares. Algumas companheiras diziam que o feminismo é colonizador, outras já debatiam várias perspectivas de feminismo. Em 2009, começa a surgir a ideia de Feminismo Camponês Popular. Os debates vão acontecendo nas organizações e nos espaços da CLOC, e na declaração final do congresso de 2010, as mulheres colocam a consigna: “Sem feminismo, não há socialismo”.

Em 2015, no VI Congresso Continental da CLOC, existe uma certa consolidação da aceitação de que as lutas que fazemos são feministas, mas que era preciso dar nome e sobrenome a elas. O Feminismo Camponês Popular é a expressão que dá nome à experiência de luta e organização que a gente vive. É um conceito que nasce a partir das dirigentes, numa articulação internacional, mas é um nome que busca construir um lugar onde as camponesas possam se ver, possam passar a entender o que a gente faz como feminismo.

Aí o MMC pensou que, se coletivamente na CLOC esse debate é importante para a reivindicação do feminismo, então nós vamos construir um processo de discussão desse conceito com as nossas bases. Então a gente fez um processo de três anos de debates locais, estaduais, nacionais e seminários internacionais realizados no Brasil. Foi surpreendente ver como havia um incômodo com a palavra feminismo mesmo nas nossas bases do MMC, um incômodo que não víamos, mas que existia. O debate sobre Feminismo Camponês Popular ajudou a dissipar esses incômodos e foi nesse processo que me convenci da importância de nomear assim o nosso feminismo.

As camponesas do Brasil e da América Latina estão reivindicando que quando as mulheres indígenas se organizaram e se organizam pra defender o seu território, isso é uma luta feminista, que quando as mulheres defendem a soberania alimentar, isso é feminismo.

As camponesas do Brasil e da América Latina estão reivindicando que quando as mulheres indígenas se organizaram e se organizam pra defender o seu território, isso é uma luta feminista, que quando as mulheres defendem a soberania alimentar, isso é feminismo. O nome soberania alimentar foi criado pelas camponesas, em um debate na FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), quando se discutia segurança alimentar. É um conceito criado a partir da compreensão de mulheres que são produtoras de alimentos e de modos de vida, entendendo que apenas disponibilizar qualquer coisa para comer não é suficiente, sem garantir a autonomia das mulheres, que são as principais responsáveis pelas famílias. Então a gente defende que isso que a gente faz é feminismo.

A resistência comandada pelas mulheres nas experiências de golpe na América Latina, como a resistência contra o golpe na Bolívia; como o trabalho nos bairros das mulheres na Venezuela; como a resistência camponesa aos ataques aos seus territórios, ou seja, o protagonismo das mulheres nas lutas, independente se os governos entendem e reconhecem isso, fez com que em 2019, no VII Congresso, em Cuba, a gente grite: “Com feminismo, construímos o socialismo”, e colocamos a luta feminista como sujeito e não coadjuvante nessa luta de transformação da sociedade.

Uma coisa que é importante dizer, é que não foi um enfrentamento simples o reconhecimento de que a nossa luta por reforma agrária, por sementes crioulas, pela agroecologia, em defesa da vida, é uma

luta feminista, nem internamente no movimento camponês, nem pelo movimento feminista. Para a gente, hoje é nítido como essa luta, considerada específica das camponesas, foi importante para a nossa construção como feministas. A luta pela segurança social na constituição de 1988, por exemplo, enquanto os homens diziam que isso era reformista, nós entendemos como mudanças concretas na vida do povo e em especial das mulheres. Mas enfrentamos também outros desafios. A gente reivindica a luta pela vida como a luta central de enfrentamento ao capitalismo. Hoje está mais nítido o entendimento da nossa defesa da vida, acho que depois da pandemia todo mundo conseguiu entender melhor como o conflito capital x vida é central. Mas era difícil, porque muita gente entendia essa defesa como uma contraposição à pauta do aborto. Outro impasse é a valorização do trabalho doméstico, que em alguns espaços parecia que a gente estava reforçando o aprisionamento das mulheres dentro de casa, mas na verdade estávamos questionando como esse trabalho é fundamental à vida humana.

Na CLOC também a gente foi entendendo que quando, na Europa, estavam chamando as mulheres de bruxas, por aqui estavam matando as indígenas também como bruxas ou selvagens. E a gente foi entendendo que cada realidade vai vivenciar a estrutura patriarcal de uma forma. Hoje o feminismo camponês popular está sendo debatido no mundo todo, onde chegamos com a Via Campesina. Queremos pensar a partir da realidade das mulheres palestinas, africanas, europeias, latino americanas, etc., um entendimento de como a luta dessas mulheres é uma luta feminista.

A gente tem a nitidez de que nenhum movimento é dono do feminismo popular camponês, porque ele é vivenciado de formas diferentes. Cada realidade, cada país, cada organização tem algo a contribuir para esse debate. Cada organização precisa dizer que conteúdo ele tem. Não numa lógica de disputar o conteúdo, mas de agregar a esse conteúdo a diversidade que o conforma.



Marcos, mudanças e desafios dos feminismos na internet

Priscilla Brito

A internet dá potência comunicativa para o feminismo, ao mesmo tempo em que coloca uma série de desafios para a nossa organização coletiva. Apesar de nem conseguirmos imaginar a nossa vida sem ela, é importante recuperar que as grandes plataformas que usamos, como o Facebook, o Google e o Twitter, foram criadas já no século XXI. O surgimento dessas plataformas e as transformações que elas tiveram nessas duas décadas têm um impacto profundo na forma como o feminismo se expressa.

Em 2010, com a eleição de Dilma Rousseff, vimos a primeira mulher se eleger presidenta no país. A conquista, no entanto, provocou na mídia o debate sobre o aborto. A presidenta era uma mulher de esquerda, que já havia se posicionado a favor desse direito. Isso impulsionou algumas feministas a intensificarem o diálogo sobre a defesa do aborto na internet. A rede daquele período ainda estava muito baseada no texto escrito, com predominância do e-mail, dos sites e dos blogs pessoais e jornalísticos. O compartilhamento de imagens não era tão fácil como é hoje. Muitos profissionais de comunicação usaram os blogs como alternativa para a construção de conhecimento e para a circulação de informação fora da grande imprensa. Foi nessa época que surgiram coletivos exclusivamente virtuais, como Blogueiras Feministas e Blogueiras Negras e também a Universidade Livre Feminista.

Em 2011, um ano após a eleição de Dilma, vivemos a experiência da Marcha das Vadias. Uma manifestação que surgiu no Canadá e

inspirou, no Brasil, uma série de manifestações feministas que perduraram por alguns anos. Convocadas pela internet, as Marchas impulsionaram uma ocupação das ruas em um momento em que o feminismo estava voltado para os processos participativos, para a discussão sobre políticas públicas nacionais e a incidência sobre o Governo e o Legislativo. E, ao fazer isso, deram visibilidade a um problema cotidiano das mulheres: a culpabilização das vítimas por qualquer violência sofrida. As Marchas deslocaram a discussão sobre violência contra a mulher da esfera privada para a esfera pública. São manifestações que surgem a partir da herança da conquista da Lei Maria da Penha e de políticas que visibilizam o problema social da violência doméstica e familiar. Ao ocupar as ruas com deboche e performances, as mulheres dão um passo além: avançam para o debate sobre as violências sofridas em todos os outros espaços. Também aproximam a discussão sobre violência sexual à reivindicação por liberdade do corpo.

Não que isso não estivesse presente no feminismo antes. Mas tem, naquele contexto, um deslocamento da violência doméstica para a violência sexual, uma interseção muito importante com a discussão sobre autonomia do corpo e também sobre direito à cidade.

Nesse período a gente teve, mundialmente, também as revoltas dos estudantes no Chile, a Primavera Árabe, levantes em que a internet cumpriu um papel importante. Naquele momento esse tipo de articulação era possível. No Brasil, talvez o momento

mais marcante disso tudo foram as Jornadas de Junho, em 2013. As Jornadas de Junho mostraram intensamente essa capacidade de mobilização da internet, para o bem e para o mal. Muita gente entrou no movimento feminista a partir das experiências das Jornadas de Junho, e também para a organização partidária, talvez pelo tensionamento que se expressou naquele contexto.

E aí se inicia um momento da internet em que as hashtags ganham centralidade. Se até a Marcha das Vadias a gente se aproveitava das plataformas para puxar uma movimentação, a partir de 2013 a disputa em torno da linguagem vai ser cada vez mais central. E o feminismo sempre disputa a linguagem. A gente está sempre disputando os termos do feminismo como pensamento e forma de organização coletiva. Na Primavera Feminista, em 2015, a gente viu uma convergência que deu caldo para outros processos de mobilizações e fortaleceu os movimentos feministas no Brasil.

Eu estou recuperando tudo isso porque depois desse período, não é mais possível fazer o que foi feito naquele momento. A estrutura da rede mudou tão radicalmente que não é mais possível fazer isso.

A gente viveu uma grande polarização nas eleições de 2018. Vimos a vitória de algumas companheiras, mas também vimos o conservadorismo botando as caras. E Bolsonaro ganhou mesmo com o #EleNão. O #EleNão mostra que já não é possível fazer essa disputa pela internet, a disputa pelas imagens. O aumento da facilidade do compartilhamento de imagens tem feito imagens de violência viralizarem de forma impressionante. O que fica muito evidente também é a hegemonia do Whatsapp. E aí se coloca uma coisa que é o aumento da facilidade de espalhar notícias falsas (*fake news*). O Bolsonarismo tem uma estrutura enorme na internet, que envolve

investimento. Uma estrutura que a gente não tem. E é difícil de quebrar, é difícil disputar, até porque a maioria do que circula é a partir da *deep web*⁹ e não da internet que a gente conhece.

Nesse contexto, o nosso feminismo passa a disputar um espaço que é o das influenciadoras feministas, que apresentam o feminismo como estilo de vida feminista, é a Revista Caras feminista. Isso é o que tem mais força hoje na internet. O discurso feminista que circula nas redes sociais hoje é o que parte do estilo de vida individual, a compra de roupas feministas, o post de Frida Kahlo. O feminismo organizado, a luta feminista coletiva, não consegue se expressar na internet.

Em determinado momento a gente colocou a possibilidade da internet ser uma arena de disputa legítima para o que a gente quer transformar no mundo. Até porque transformar a compreensão do mundo que as pessoas têm é muito importante para o feminismo, as ideias feministas transformam a experiência de vida das pessoas. Hoje a gente se relaciona de outra forma com essa mesma internet, que em algum momento gerou processos tão potentes para o nosso campo, inclusive questionando se ela é uma arena de debate que vale a pena disputar.

O que eu me pergunto é como a gente pode romper uma lógica de efervescência e queda do feminismo. Como a gente ultrapassa isso e mantém uma continuidade no nosso processo de transição geracional, sem perder o que já foi construído e apontando novos caminhos para o futuro.

⁹ Deep web é uma expressão em inglês que significa literalmente "internet profunda" ou algo como "profundeza da internet". Esse termo é usado para se referir a uma zona da internet que não pode ser detectada facilmente pelos meios tradicionais de busca, por isso garante privacidade e anonimato para os seus usuários. Ela é formada por um conjunto de sites, fóruns e comunidades que costumam debater temas de caráter ilegal e imoral.

Preocupações sobre história e teoria feminista no Brasil

Carmen Silva

Quero compartilhar com vocês algumas preocupações sobre como entendemos a história do feminismo no Brasil. A primeira diz respeito à importância que damos ao pensamento histórico e teórico produzido em outros lugares para pensar a nossa própria realidade. Isso tem muita relação com o mercado editorial, que faz com que se leia muito mais autoras estrangeiras do que autoras brasileiras e que se leia as estrangeiras em tempos muito distantes daqueles nos quais elas escreveram. Por conta disso, a gente acaba olhando para a nossa realidade com os olhos de quem estava pensando sobre outras realidades, antes mesmo de conhecer o que se produziu no Brasil e sobre o Brasil.

Em diálogo com isso, eu queria falar sobre a forma como a ausência das mulheres populares é discutida na história do feminismo brasileiro. Na composição do feminismo brasileiro a gente vê hoje um número muito maior do que antes de mulheres populares, inclusive, de lideranças populares. Mas a ausência destas mulheres não é uma realidade em outros momentos. Isso faz com que eu me pergunte até que ponto a análise que se faz dos conflitos de classe na história do feminismo brasileiro se baseia na pesquisa sobre os conflitos que existiam ou no pressuposto de que sempre há conflito. Existem casos emblemáticos que revelam conflitos existentes entre feministas universitárias e mulheres periféricas, como é o caso do III Encontro Feminista Latino Americano e Caribenho, realizado em Bertioga-SP, em 1985. Por outro lado, existiam, nessa mesma época,

jornais feministas como o Brasil Mulher e o Nós Mulheres, que revelam uma articulação entre mulheres de classes médias e mulheres de classes populares e que colocavam as condições de vida e trabalho das mulheres populares da cidade e do campo no centro das suas preocupações. Então há desigualdades, mas isso não significa que as mulheres populares não fizeram parte dessa história.

É importante que a gente se questione também se quando falamos em feminismo popular, estamos falando de um feminismo que é construído por mulheres populares ou de um projeto popular de feminismo.

A pluralidade das demandas reivindicadas pelos movimentos feministas no Brasil é uma característica que hoje me parece muito importante. Nós temos um projeto feminista que articula um projeto de sociedade como um todo e não apenas a melhoria de vida para as mulheres em dimensões específicas de suas vidas. Na minha perspectiva, o antirracismo está enraizado no feminismo brasileiro, já existe uma dimensão de projeto político antirracista que direciona as nossas ações e a nossa forma de organização. Por outro lado, eu não acho que o feminismo brasileiro é tão anticapitalista na prática, mas eu percebo que há essa identificação política e vários feminismos dentro do nosso campo trazem a perspectiva anticapitalista de forma mais concreta.

Quando eu olho para o feminismo brasileiro e percebo essas características, me pergunto onde está esse feminismo fantasmático que as pessoas chamam de

feminismo hegemônico. Porque quando a gente olha para o que é a construção política feminista que existe aqui, a gente encontra outra coisa. A gente pode encontrar alguma organização ou alguma acadêmica que tenha uma perspectiva liberal. A gente encontra essa perspectiva nas novelas, nos comerciais, as vezes na internet, pessoas que se colocam como feministas para falar da marca de batom feminista que elas usam. O nome feminista é apropriado para muitas coisas. Mas movimento feminista é uma prática muito concreta e está muito distante disso. Então eu acho que há um fantasma que paira sobre as nossas cabeças e muitas vezes impede os diálogos entre nós. Coloca barreiras de diálogo porque a outra é branca, porque a outra é negra mas é de classe média, ou porque a outra é da cidade e por aí vai. Isso tem muito a ver com a internet, com os pequenos textos que circulam como se fossem teoria feminista, se utilizam de alguns debates de forma estranha e constroem uma realidade que é muito diferente do percurso histórico do feminismo brasileiro e do feminismo das ruas que vivenciamos hoje.

A gente tem um trabalho enorme de memória dos nossos processos de luta para construir. E também um trabalho de divulgação do pensamento das nossas teóricas feministas, que elaboraram reflexões a partir do nosso território, pensando na formação histórica do Brasil e nas suas próprias vivências aqui. Eu gostei muito de Juliana ter trazido Lélia Gonzalez e Luíza Bairros. O debate da amefricanidade dialoga muito com o que se discute na teoria decolonial, é um repensar, é um conceito criado para pensar a nossa realidade. Eu queria trazer também Heleieth Saffioti e a ideia do nó entre gênero, raça e classe, que ela elabora para pensar sobre as opressões que vivemos e como elas estão imbricadas, o que

dialoga com os debates de interseccionalidade e consubstancialidade.

Eu acho que, no Brasil, tem uma parte do feminismo que foca mais em gênero e classe, que é tributário do pensamento de Saffioti. E tem uma parte do feminismo que é tributário do pensamento de Lélia Gonzalez, que foca mais em gênero e raça. Articular essas duas discussões é um desafio prático e político e é também um desafio teórico. Muitas companheiras das periferias, companheiras de classes populares, não têm tanto contato com os debates de classe, isso torna a nossa discussão anticapitalista menos densa. Resgatar a nossa trajetória histórica e também a contribuição teórica do feminismo brasileiro é algo importante para o fortalecimento da nossa luta.

Resgatar a nossa trajetória histórica e também a contribuição teórica do feminismo brasileiro é algo importante para o fortalecimento da nossa luta.

Há muito feminismo declaratório, a pessoa se declara feminista e pronto, já é uma identidade. Há muitos tipos de feminismos: feminismo negro, feminismo lésbico, feminismo marxista. Muitas vezes essas correntes se baseiam em correntes políticas ou sociológicas que existem independente do feminismo, e daí deriva um tipo de feminismo. Tem outras que se baseiam nas identidades. E às vezes a compreensão do que significa certos termos pode ficar confusa. Por exemplo, feminismo lésbico é um feminismo feito por mulheres lésbicas, é um feminismo que fala das vivências das mulheres lésbicas ou é um feminismo que elabora teoricamente a partir de uma matriz teórica da lesbianidade? O fato é que existem muitos feminismos lésbicos e eles podem partir desses diferentes lugares. O mesmo

acontece com o feminismo negro. Quando a gente fala, parece que é aquele feminismo que é escrito por mulheres negras. Mas as mulheres negras pensam de várias formas diferentes. E por vezes inclusive discordam entre si. Eu queria problematizar isso só para gerar um pouco de confusão, para que a gente possa discutir um pouco melhor o que a gente entende a partir desses termos e para que a gente possa também refletir sobre os nossos pertencimentos.

O feminismo construído como movimento não é linear. As suas características, seus impasses políticos, a sua identidade política, a gente só entende com a vivência e reflexão ou com pesquisa histórica, fazendo análises que tenham mais base empírica, factual. Esse tipo de análise é fundamental para a construção da nossa memória, mas também para o enfrentamento dos desafios políticos que vivemos no presente.



DIÁLOGOS E INQUIETAÇÕES

As reflexões apresentadas nas próximas páginas são fruto das discussões realizadas entre as participantes do encontro **Diálogos feministas: nossos feminismos e a conjuntura política**. Essa sistematização não pretende esgotar todas as questões abordadas e nem representa necessariamente a opinião de todas as participantes. O que apresentamos aqui são algumas considerações e pontos levantados a partir dos debates deste encontro, com o intuito que sigam alimentando discussões em outros espaços.

A SEÇÃO ESTÁ DIVIDIDA EM QUATRO PARTES:



NOSSAS
HISTÓRIAS

NOSSOS
FEMINISMOS

NOSSOS
DESAFIOS

À ESQUERDA
E ADIANTE

NOSSAS HISTÓRIAS

Ideias, incômodos, dúvidas e questões sobre a história dos feminismos no Brasil

Onde e como começa a história do feminismo no Brasil?

Quando a gente pensa na história do nosso feminismo, muitas vezes a gente se apega às experiências que aconteceram a partir da formação da República Brasileira¹, e isso está relacionado à forma como se conta a história dos feminismos na Europa e nos Estados Unidos. Nessa narrativa, o feminismo parte de mulheres de elite, na sua maioria brancas, lutando por direitos como acesso à educação, direito ao voto e direitos civis.

Tem um problema nisso. Quando partimos desse marco, fechamos os olhos para outras experiências de resistência das mulheres. A nossa república tem uma história tão violenta e se atualiza de forma tão violenta, que é importante que a gente se pergunte se é mesmo dentro desse pacto republicano que queremos vislumbrar nossos horizontes. Quando a gente olha para as lutas dessa forma, será que isso não faz com que a gente tenha dificuldade de pensar um futuro que vá além da institucionalidade republicana? Que outras estratégias podemos traçar para o futuro? Como isso se conecta com a forma como pensamos sobre o nosso passado?

A discussão sobre a herança de relações coloniais e a centralidade da experiência das mulheres europeias no feminismo está muito forte nos últimos anos. E, às vezes, referências como essas dificultam que algumas mulheres, principalmente jovens negras ou de periferias, se identifiquem hoje com o feminismo.

**Que histórias de resistência das mulheres nós conhecemos?
Que histórias queremos contar? Faz sentido procurar um marco fundador do feminismo brasileiro? Ou nosso feminismo é tecido por muitas histórias que se entrelaçam?**

¹ A proclamação da república brasileira aconteceu no dia 15 de novembro de 1889, quando o marechal Deodoro da Fonseca deu um golpe de estado que depôs Dom Pedro II, dando fim ao período do Império brasileiro. A partir daí o Brasil passou a ser uma república presidencialista.

Movimentos feministas e movimentos de mulheres

Como é que a gente entende a diferença entre movimentos feministas e movimentos de mulheres? A explicação que se usa na forma como contamos a nossa história apresenta os movimentos de mulheres como movimentos organizados por mulheres para lutar por melhores condições de vida, como acesso a água, moradia, creche e outras reivindicações, mas sem necessariamente questionar o papel das mulheres na sociedade e as relações entre mulheres e homens. O que diferencia os movimentos feministas dos movimentos de mulheres, então, é o fato de que os feminismos questionam esses papéis e essas relações.

Mas se hoje entendemos que, por exemplo, a luta por terra, por moradia e por acesso a recursos naturais são também lutas feministas, será que essa separação faz sentido? Dizemos que essas lutas são feministas porque entendemos que estes são aspectos centrais da vida das mulheres e estamos construindo uma perspectiva feminista sobre esses direitos quando lutamos por eles. Tendo isso em vista, será que a separação que fazemos entre movimentos feministas e movimentos de mulheres não acaba enquadrando demais o que são demandas feministas? Como consequência, isso não acaba desenhando uma linha muito arbitrária que separa o que é feminismo e o que não é? Será que essa separação exclui a luta feminista de algumas mulheres? Essa divisão dificulta que parte do movimento feminista entenda as lutas das mulheres camponesas, indígenas, pescadoras, como lutas feministas? Muitas vezes, algumas reivindicações desses movimentos são entendidas como lutas de toda a sociedade, mas não como lutas feministas.

Se entendemos que a luta feminista é pela autonomia e pela liberdade das mulheres e que isso se expressa de formas diferentes porque nós somos diversas, podemos repensar o que é a luta feminista a partir da compreensão de que autonomia e liberdade vão ter significados diferentes para indígenas, negras, camponesas, mulheres urbanas, mulheres trans, mulheres com deficiência.

A força da mobilização das mulheres por água, luz, creche e transporte, que estava acontecendo no Brasil na década de 1970, não estava acontecendo em outros lugares do mundo. São lutas que fazem parte das especificidades de como o feminismo se construiu aqui. Marcam a singularidade da nossa trajetória.

As mulheres das periferias das grandes cidades, assim como as trabalhadoras rurais, que lutam por terra, por documentação ou pelo direito à aposentadoria, muitas vezes não se reconhecem como feministas. Enquanto estas mulheres estavam envolvidas em lutas tão plurais, outras mulheres como Lélia Gonzalez e Luiza Bairros estavam construindo o feminismo. Mesmo sem se considerarem feministas, as mulheres das periferias e as mulheres do campo estavam, de alguma forma, lutando junto com Lélia Gonzalez e Luiza Bairros. O feminismo brasileiro é uma luta coletiva que foi se construindo e dando lugar ao que conhecemos hoje. A luta de umas influencia a luta de outras mulheres, mesmo que nem sempre a gente esteja consciente disso.

A Marcha das Margaridas é feminista. Nós entendemos que a nossa luta pelo direito à nossa terra, pela agroecologia, a luta pela paridade dentro do movimento sindical e pelo direito à documentação são lutas feministas. Não é fácil e é uma luta de mulheres que não querem ficar submissas nessa sociedade. No processo de construção da Marcha, é possível perceber como as mulheres vão descobrindo pouco a pouco que fazem a luta feminista, que são feministas. A Marcha faz isso. Quem não participa ou não conhece a construção da Marcha das Margaridas não tem ideia do que ela é. Existe uma coordenação que funciona durante três anos, desenvolvendo processos de formação e mobilização nos territórios, articulando pautas internas e pautas externas para disputar e negociar com o governo. Hoje, ela é provavelmente uma das maiores ações feministas do mundo.

Por outro lado...

Negar as fronteiras que existiam entre movimentos feministas e movimentos de mulheres nas décadas de 1970 e 1980 pode ser uma forma também de invisibilizar as diferenças, os conflitos e desigualdades que existiam. Muitas mulheres não queriam se identificar como feministas, não se reconheciam assim. Muitas mulheres negras e de periferias viviam uma estrutura familiar em que falar da autonomia do homem da mesma forma que as mulheres das classes médias estavam falando não fazia tanto sentido, porque elas não viviam o mesmo modelo de família. Além disso, os espaços feministas também não estavam livres do racismo e dos preconceitos de classe e isso precisou ser enfrentado. Hoje vivemos outro momento histórico, mas se a gente não fala dessas divisões, a gente deixa de problematizar o processo de formação histórica do feminismo brasileiro. E, nesse processo histórico, os conflitos e as denúncias dessas desigualdades e opressões foram importantes para que o feminismo que conhecemos hoje tenha repensado tanto a sua própria identidade. Como é que a gente repensa a história do nosso feminismo, olhando para as lutas que as mulheres estavam fazendo em diferentes lugares e para as contribuições dessa diversidade de resistências à luta feminista, mas sem apagar também o processo de desigualdade de poder e as disputas que foram feitas ao longo dessa história?

E mais...

Assim como nos conflitos entre movimentos de mulheres e movimentos feministas, quando vamos pensar no que significava e no que significa se identificar como feminista, é importante levar em consideração o machismo e o antifeminismo que existia na própria esquerda e na sociedade. Nos partidos de esquerda, nos sindicatos e nos movimentos populares mistos, se reforçava a ideia de que o movimento feminista era um movimento burguês. No movimento negro tinha a ideia de que o movimento feminista era um movimento de mulheres brancas. Havia toda uma discussão de que era um movimento que vinha de fora e não dialogava com as necessidades das mulheres daqui. Há uma ampla literatura histórica que indica que, de fato, existia protagonismo de mulheres brancas, de classe média e universitárias nos espaços feministas. Mas isso significa que os espaços feministas ignoravam as condições de vida das mulheres populares, que ignoravam as desigualdades raciais que existiam no Brasil ou não estavam preocupadas em combatê-las? Não parece que isso se confirma quando olhamos para as discussões e reivindicações que eram feitas.

Pensar sobre a dificuldade de se identificar como feminista, sobre a ideia que se construiu do que eram e do que são as feministas, passa por olhar de forma crítica para as desigualdades que existem nos espaços feministas e para o que as feministas não estavam e não estão conseguindo enxergar. Mas passa também por olhar para o

processo de difamação do feminismo que foi feito dentro da esquerda. Foi preciso enfrentar essa difamação para discutir feminismo dentro dos movimentos do campo, dentro dos sindicatos, dentro da CUT, dentro dos partidos de esquerda e dentro dos movimentos negros. E esse é um desafio que segue se reinventando.

Hoje nós temos uma grande inserção de mulheres feministas em movimentos mistos, mas nossas reivindicações são tratadas, em muitos momentos, como pautas identitárias, pautas de valores, pautas específicas ou secundárias. Todas essas nomenclaturas dialogam com a trajetória histórica do campo da esquerda. As pautas das minorias políticas foram sendo colocadas ou como menos importantes para a transformação da sociedade, ou como algo a ser feito depois que transformações mais importantes fossem garantidas. Nos últimos anos, quando os nossos direitos são ameaçados, temos ouvido que essas ameaças são uma cortina de fumaça que esconde as verdadeiras ameaças para o Brasil. É preciso desmistificar ideias como as de “pautas identitárias” ou “pautas específicas”. Gênero, classe e raça atravessam a organização de toda a nossa sociedade. Fazer com que esse entendimento atravessasse a esquerda para além dos movimentos feministas é importante para que alianças possam ser fortalecidas e para que possamos entender o que estamos vivendo no país de forma interligada.

Feminismo hegemônico

Nos debates feministas na internet é comum vermos críticas em relação ao feminismo hegemônico. Mas que feminismo é esse? É um feminismo branco ou é um feminismo liberal? Ou é um feminismo branco liberal? O que isso significa? Quando associam essa ideia de feminismo hegemônico com feminismo branco, se joga fora a combatividade do feminismo de mulheres brancas anticapitalistas, mas não se discute criticamente as contradições das estrelas negras e do antirracismo de mercado. Essa é mais uma tentativa de sequestro do capitalismo em relação ao feminismo. Então não se fala do neoliberalismo, a questão é a supremacia branca. Não que a supremacia branca não seja um problema, ela é um problema. Mas é um problema também. Não é um problema que explicita todos os dilemas que vivemos nessa sociedade. Como podemos aprofundar essa discussão ideológica nos espaços feministas sem que isso signifique afastar as discussões antirracistas que vêm sendo feitas?

**Existe algo
que podemos
chamar de
feminismo
brasileiro?**

**De onde você
está, como é
o feminismo
brasileiro que
você vê?**

NOSSOS FEMINISMOS

A diversidade é um dos aspectos mais presentes na forma como entendemos o campo político feminista. O feminismo possível de se construir no Brasil, ou que a gente já constrói nas nossas práticas em diferentes lugares do país, é atravessado por muitas experiências. As nossas vidas são permeadas por muitas opressões, vivências, identidades e conhecimentos. Por isso, a gente acaba desenvolvendo muitas estratégias de luta que reinventam a nossa própria prática política. Das nossas diferenças emergem reflexões sobre a mulher que cada uma de nós somos na sociedade. Elas desafiam a nossa autocrítica, a revisão das nossas percepções e a ampliação do nosso conhecimento sobre o mundo e sobre nós mesmas.

Ao mesmo tempo em que essa **pluralidade** é uma das riquezas do feminismo brasileiro, ela é também um desafio para a construção de uma agenda comum entre os movimentos, dificultando a construção de frentes mais permanentes de atuação ou espaços políticos que reúnem vários movimentos de forma mais contínua. Ainda assim, **quando acontecem situações que exigem uma resposta, conseguimos nos articular rapidamente**. Nos últimos anos, temos construído um **dinamismo próprio**. Em meio a todo o contexto desfavorável que temos vivido, os movimentos feministas e movimentos de mulheres têm construído muitas ações potentes. O #EleNão, por exemplo, foi uma ação muito importante frente ao contexto que estávamos vivendo. A atuação dos movimentos femi-

nistas na resistência ao golpe, a Frente Fora Bolsonaro, o Levante Feminista contra o Feminicídio, a Frente Parlamentar Feminista Antirracista no Congresso Nacional são exemplos de ações que revelam a potência da luta feminista nesse cenário tão desafiador. Mesmo na pandemia, as mulheres seguiram fazendo atividades, principalmente com campanhas e ações de solidariedade com a distribuição de roupas, comida e máscaras. E, nesse contexto, discutimos com profundidade o próprio sentido da solidariedade feminista.

Essa capacidade de ação tem a ver com a **multiplicidade das estratégias** de atuação que foram sendo construídas nas últimas décadas. Os feminismos no Brasil constroem **fortes articulações internacionais**, como é o caso da Marcha Mundial das Mulheres, a Articulação Feminista Marcosul, as articulações internacionais de mulheres sindicalistas e de camponesas. Ao mesmo tempo, temos importantes **organizações feministas** que atuam no Brasil desde as décadas de 1980 e 1990, algumas até antes disso. Essas organizações têm conseguido se manter vivas no tempo, apesar de tantas ameaças, e têm sido importantes, estabelecendo relações com os movimentos sociais e diálogos com o Estado, buscando recursos para a sustentação das nossas lutas e fortalecendo trocas entre as nossas ações locais, nacionais e internacionais.

Nossos feminismos têm, também, aberto **inserções institucionais no Estado brasileiro de diferentes formas**, na luta pela construção e sustentabilidade de **políticas**

públicas para as mulheres e com **candidaturas feministas**, que têm se fortalecido principalmente nas últimas eleições. Esse é um tipo de atuação que, apesar dos seus desafios e, por vezes, contradições, têm sido importante para que possamos avançar nas nossas conquistas institucionais e na nossa **luta pela garantia de direitos**.

Algo que é muito vibrante no feminismo é a nossa **criatividade** e a forma como a gente consegue articular discussões que estão acontecendo na esfera institucional e nas ruas. No período da ADPF 442¹, por exemplo, enquanto a discussão acontecia dentro do Supremo Tribunal Federal, organizamos o Festival pela Vida das Mulheres em Brasília e com ações em vários Estados e intensificamos também as discussões sobre aborto nas redes sociais. Esse é um exemplo de como somos criativas e de como **aproveitamos as oportunidades**

para dialogar em diferentes espaços: atuando institucionalmente e fazendo debate com a sociedade nas redes e nas ruas. Na pandemia, utilizamos anuncietas e spots de rádio ao mesmo tempo em que criamos estratégias digitais e tudo isso se alimentou de alguma forma. **Nossa presença nas ruas tem sido marcada por performances, música, cores e tantas outras expressões artísticas.** Ao lado disso, temos também um rico acúmulo de experiências com **educação popular feminista ou pedagogia feminista**, que bebem de diferentes referências de resistência na América Latina.

Os feminismos brasileiros formam uma teia que se entrelaça de diferentes formas sem negar a nossa diversidade. Ao longo das nossas histórias, **seguimos nos ampliando e nos entrelaçando a novas lutas.** Nesse processo, nos encontramos com potências e desafios.

¹ A ADPF, que significa Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, é uma ação de controle de constitucionalidade, ou seja, uma ação que se usa para garantir que a Constituição seja cumprida. É um tipo de ação que pode ser proposta ao Supremo Tribunal Federal com o objetivo de evitar ou reparar algum dano causado a um preceito fundamental da Constituição. Isso significa que se pode entrar com uma ADPF quando se entender que algum direito ou garantia fundamental da Constituição não esteja sendo garantido ou cumprido. A ADPF 442, que foi ajuizada pelo PSOL, tinha como objetivo descriminalizar o aborto nos três primeiros meses da gestação, com o argumento de que a criminalização da interrupção do parto nos três primeiros meses da gestação desrespeita preceitos fundamentais da Constituição relacionados à dignidade da mulher.

Potências, desafios e armadilhas

Individualismo x Construção de si

A nossa subjetividade ocupa um lugar importante na luta feminista. Cuidar de si, se conhecer e se fortalecer são dimensões importantes do que construímos no mundo e do que construímos para nós mesmas. Mas esse compromisso pode cair em algumas armadilhas. Uma delas é quando olhamos tanto pra nós mesmas individualmente, que caímos no conto neoliberal de que é possível fazer as coisas sozinha, de que ser feminista e fazer feminismo é algo que só depende de você, do seu querer e das suas ações individuais. Como se o feminismo fosse apenas um estilo de vida.

Na medida em que o feminismo foi se popularizando, se declarar feminista se tornou cada vez mais superficial. É preciso ter uma blusa feminista, cortar o cabelo feminista, postar uma foto feminista. Isso tudo sem deixar necessariamente que o feminismo transforme a sua vida, sem deixar que o feminismo questione ou nos ajude a olhar para quem somos e o que queremos. Ou seja, por um lado, se olha excessivamente para a própria vida e para as ações individuais, por outro, a forma como se olha a própria vida se dá de forma mais superficial, sem que a gente se deixe transformar profundamente. Isso está relacionado a como construímos a nossa identidade feminista e a um distanciamento do compromisso com a coletividade.

A importância que o nosso fortalecimento individual tem no movimento feminista está relacionada historicamente às discussões que aconteciam nos grupos autorreflexão, que foram fortes no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Nesses espaços, existia um compromisso com a transformação de si, que era, ao mesmo tempo, um processo de autocritica e de cuidado de si. Hoje, as pessoas vão fazer as unhas e chamam de autocuidado. E, em meio a isso, as pessoas começam a achar que a política é tóxica. Na internet, por exemplo, agora todo mundo é tóxico. Se você discorda de mim, ou você é tóxico ou você me deu um gatilho, ou seja, um motivo disparador para uma grande crise em mim. Isso vai reduzindo a participação e tirando as mulheres do movimento com a ideia de que, desta forma, estão cuidando de si.

O feminismo é também um processo de busca da coerência. O que eu falo da boca pra fora precisa ser semelhante ao que falo da boca pra dentro. Esse compromisso feminista de construção de si mesma é uma riqueza. A gente não pode deixar de pensar no desafio feminista de cuidar de nós mesmas, de construção de si, mas também é importante que a gente dispute a prática feminista de construção coletiva. A gente precisa discutir a nossa construção coletiva e as nossas práticas, e não só as nossas identidades, porque a identidade feminista é um desdobramento da nossa prática feminista.

Diferenças e desigualdades

O campo feminista tem mostrado capacidade de articulação e de absorção de diferenças entre as mulheres. Se hoje falamos em feminismos no plural, é porque sabemos que existem muitos feminismos entre nós. Mas essas articulações não se fazem sem confrontos e disputas. Afinal, não existem apenas diferenças entre nós, mas também desigualdades e opressões que precisam ser encaradas. Essas desigualdades são territoriais, raciais, de classe, sexualidade, atingem mulheres deficientes, mulheres trans e outras mulheres que vivem situações de mais vulnerabilidade. E existem também diferentes posições políticas que perpassam tudo isso e disputam entre si os rumos dos movimentos.

Nos últimos anos, o fortalecimento dos movimentos de mulheres indígenas e de mulheres negras tem sido uma grande potência e abre novas perspectivas para os nossos feminismos. Mas ainda há um longo caminho para percorrermos juntas para que as muitas formas que as desigualdades que atingem as nossas vidas possam ser compreendidas, discutidas com profundidade na sociedade e combatidas coletivamente. As mulheres lésbicas, bissexuais, trans e com deficiência ainda enfrentam muitas dificuldades para ter as suas lutas visíveis nos movimentos feministas. Há, inclusive, muito desconhecimento sobre as realidades vividas por muitas mulheres. Mas por que não conhecemos as realidades umas das outras? Como podemos nos conhecer melhor? Às vezes é preciso ter coragem para dizer que desconhecemos um assunto ou uma expressão, para que mais diálogos possam existir entre nós. Para podermos ultrapassar as barreiras que nos dividem.

No momento que estamos vivendo, o empobrecimento da população é assustador e a fome tem voltado a ser uma realidade cada vez mais presente. Não ter o que comer é uma violência brutal, que não é entendida por muita gente no seu significado mais profundo da experiência. Afinal, estatísticas de pobreza às vezes são dados muito abstratos para que se entenda como essa pobreza afeta o dia a dia de cada uma. O direito não alcança muitas mulheres e tem pessoas que sequer sabem que têm direitos. É preciso levar em consideração que as mulheres das periferias de uma cidade como São Paulo, por exemplo, não vivem as mesmas coisas que as mulheres em periferias de outras regiões. Quando a gente fala de mulheres periféricas, estamos falando de mulheres que vivem nas favelas do Rio de Janeiro que não têm acesso a água e estamos falando também de mulheres no interior do Acre que não têm banheiro em casa. Então são condições de vida e formas de vulnerabilidade diferentes. Falamos que a destruição da Amazônia e dos nossos biomas afeta o futuro de toda a humanidade. Isso é verdade, mas essa destruição afeta a vida de indígenas, quilombolas, agricultoras e pescadoras de forma muito imediata. Precisamos conhecer mais umas às outras para conseguir articular melhor as nossas lutas.

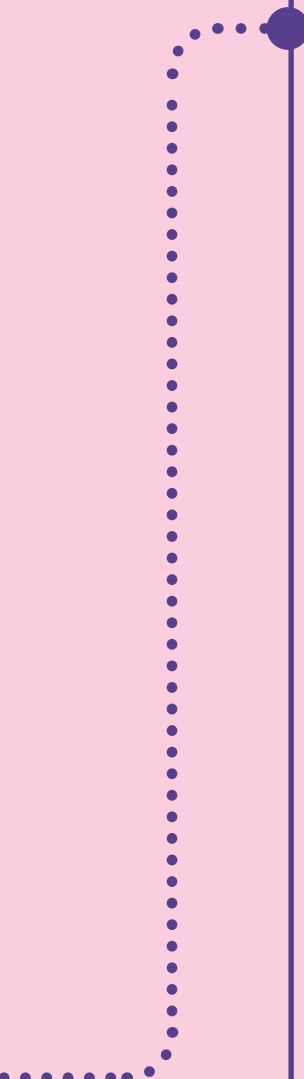
Existem muitos desafios para a construção de articulações mais contínuas entre nós: as nossas distâncias, essas diferenças e desigualdades, o nosso desconhecimento. Mas isso não significa que as nossas diferenças precisam ser maiores que as nossas lutas. O feminismo no Brasil tem buscado construir pontes, fazer autocríticas sobre as suas formas de atuação e tem avançado na revisão da sua identidade e das suas formas de organização. A gente precisa seguir trazendo à luz as questões que todas as mulheres que estão no conjunto da nossa luta enfrentam. A cada vez que ignoramos essas questões, o feminismo perde um pouco da sua capacidade de se expandir em outros espaços.

Lidar com as nossas diferenças não significa que vamos abarcar tudo dentro de um campo político único e homogêneo. É preciso aprofundar essas reflexões entre nós, para entendermos o que a gente consegue construir juntas. Quando falamos das nossas diferenças, não estamos falando só de reivindicações. Estamos falando também das nossas subjetividades e de formas de construção políticas diferentes, que não necessariamente queremos ultrapassar, porque isso significaria que alguns dos lados teriam que abrir mão de coisas que são importantes. Não existe uma só forma, um só lugar, nem só uma identidade feminista. E também não queremos que exista. Existe uma miríade. E existem formas da gente pensar o que a gente pode construir juntas.

Nós já temos construído, nas nossas práticas, a busca por um feminismo que represente a diversidade dos nossos desejos de emancipação. Mas podemos colocar cada vez mais a nossa diversidade, a nossa necessidade de nos reinventar a todo momento, como ponto de partida e como lugar de esperança. A tal da esperança tem um sentido mobilizador nesse momento e ela vai nos mobilizar e nos organizar por uns bons anos. Como a gente constrói um horizonte de esperança que traga em si esse reconhecimento de tantas vivências?

Horizontalidade como caminho e como desafio

A horizontalidade é um dos elementos que fazem o campo feminista forte, democrático e popular. É um princípio que está no horizonte de construção dos movimentos feministas, até mesmo como uma forma de se contrapor a espaços mais hierárquicos que existem em outros movimentos sociais. Os movimentos que se estruturam de forma muito hierárquica perdem um pouco a capacidade de se enriquecer com as experiências e conhecimentos da diversidade dos seus e das suas próprias militantes e acabam vivendo uma certa despolitização dessa militância.



Em alguma medida, a capacidade de ir se revendo que o campo feminista tem, está relacionada com esse compromisso com a horizontalidade, porque ele amplia e democratiza os espaços de diálogo. A escuta e a abertura para as experiências umas das outras são elementos que fazem a busca pela horizontalidade possível. Não existe um congresso deliberativo sobre o que é e o que não é feminismo. Quem chega nestes espaços vai disputando e reconfigurando o feminismo. Essa transformação existe de forma mais intensa nos espaços feministas exatamente por causa da abertura para as experiências e da autocrítica feita quando entramos em contato com as nossas diferenças. Quando pensamos nos exemplos trazidos nesta publicação, sobre o que antes não era considerado feminismo e hoje é, a gente percebe esse processo de revisão e incorporação das diferenças. É difícil fazer a autocrítica sem questionar as hierarquias, por isso que a busca pela horizontalidade é algo tão importante para o feminismo.

Mas a horizontalidade não é uma coisa fácil de ser praticada. Um dos desafios é que as desigualdades não existem apenas dentro dos movimentos. Se fosse assim, talvez fosse mais fácil superá-las. Elas existem também fora dos movimentos, ou seja, na sociedade em que vivemos. Então construir um espaço horizontal não é apenas um ato de vontade, mas um esforço conjunto. Quando as desigualdades não são bem trabalhadas dentro de um espaço, a busca pela horizontalidade pode se confundir com culpa e isso impede que os debates aconteçam de forma franca. Mulheres que estão em posições menos vulneráveis na sociedade podem concordar com a posição de quem está em posições mais vulneráveis por achar que essa compensação é necessária para se criar um espaço interno de horizontalidade.

Às vezes a horizontalidade cria também impasses de difícil resolução. E isso pode acontecer por causa da falta de mecanismos de decisão eficientes. Coisas muito presentes no cotidiano dos movimentos, como encaminhar decisões ou entrar em acordos, às vezes se tornam difíceis porque ninguém se vê em ninguém e é preciso ter espaço de fala para todas e a aprovação de todas. Como a gente pode se escutar, se ver, mas também dar passos de forma mais pragmática?

É preciso vigiar sempre a horizontalidade. No dia que a gente perder de vista a importância da horizontalidade praticada pelos movimentos de mulheres e na organização feminista, nós estaremos fadadas ao fracasso. A horizontalidade tem que ser aclamada. Ela tem que ser um compromisso forte entre nós. Mas ela não é simples de ser construída.

Explosão feminista

Na última década, o feminismo cresceu e passou por um processo de enraizamento popular tanto nas cidades como no campo. É incrível como ideias feministas têm penetrado em diferentes espaços. Se dizer feminista hoje não causa as mesmas reações que causava antes. Mas essa explosão também trouxe novos desafios e o próprio significado do feminismo passou a estar cada vez mais em disputa.

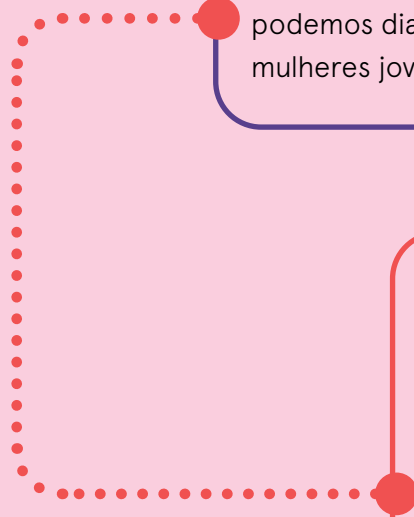
Se uma parte da direita diz que a luta feminista é uma coisa ruim, outra parte tem tentado capturar o significado dessa luta. Em vez de se opor ao feminismo, passou a fazer mais sentido disputar o que significa ser feminista e afastar o feminismo da sua radicalidade, da luta pela igualdade e pela justiça social de forma mais estrutural. A direita passou a defender a ideia de que é possível ser feminista sem fazer um debate crítico sobre o agronegócio e como ele afeta a vida das mulheres. Sem fazer oposição ao fundamentalismo religioso. Sem se preocupar com a realidade vivida pelas mulheres negras e pobres, seja nas periferias das grandes cidades ou no campo.

Nas eleições de 2022, por exemplo, as propagandas eleitorais de todos os partidos buscaram valorizar a participação política das mulheres e destacar candidaturas femininas. Simone Tebet e Janaína Paschoal, mulheres de direita, hoje dizem que são feministas. Empresas e lojas usam cada vez mais o feminismo para vender produtos. De alguma forma, isso mostra a potência do feminismo, mostra que temos conseguido inserir a discussão sobre os direitos das mulheres na política e na sociedade. Mas como a gente se fortalece com isso? É bom ou é ruim que tenha gente propagando, na televisão e na internet, ideias de feminismo tão desconectadas da trajetória da nossa luta? Dá para aproveitar tudo isso de alguma forma?

A juventude é cada vez mais feminista, mas muitas vezes não se vê nos movimentos feministas e nos movimentos de mulheres. Será que isso tem a ver com o tipo de feminismo que as jovens estão entrando em contato? Será que esse feminismo não dialoga com as formas de fazer política dos movimentos sociais? Isso tem a ver com a forma como os movimentos sociais se comunicam ou com a necessidade de uma revisão mais profunda da forma como construímos os nossos espaços?



A ampliação do feminismo pode ser uma potência para o fortalecimento dos nossos movimentos, mas não é uma garantia. É importante que a gente se pergunte como articular a visibilidade que o feminismo tem hoje com a nossa memória, aprendendo com o que foi construído até aqui. Como a gente aproveita a nossa criatividade para disputar essa visibilidade? Como podemos dialogar mais com a juventude e engajar mais mulheres jovens no feminismo organizado?



Por outro lado, a gente não pode esquecer que muitas mulheres continuam não conhecendo as ideias feministas ou continuam tendo contato com visões distorcidas do que é a nossa luta e, por isso, não identificam seus valores e interesses como sendo feministas. Às vezes isso acontece mesmo quando, na prática, elas estão mais próximas do que distantes desses ideais. Às vezes isso tem a ver com a linguagem usada pela militância, que consegue chegar em certos lugares, mas não em outros. Mas em alguns casos o problema é que a informação não chega. Ou que chega de forma distorcida. Apesar das transformações pelas quais os feminismos brasileiros passaram nas últimas décadas, em muitos lugares e para muitas mulheres a palavra feminismo continua carregando uma carga elitista, que se distancia do nosso cotidiano, dando uma ideia de que essa palavra não dialoga com a nossa luta e as preocupações de todo dia. Para que a gente consiga fazer o feminismo popular avançar, ou popularizar mais o feminismo, é preciso colocar cada vez mais as mulheres, com as suas diferenças, como sujeitas políticas, no centro do processo de construção feminista.

ALGUNS DESAFIOS

Alguns dos desafios que estamos enfrentando neste momento são estruturais, são problemas antigos e estão na base da formação da sociedade brasileira. Outros são conjunturais, problemas ligados aos acontecimentos recentes que vivemos e estão relacionados à conjunção de forças políticas que temos hoje no Brasil. Mas a gente sabe que essa separação é mais analítica do que perceptível na prática. No nosso dia a dia, essas duas dimensões estão relacionadas, já que os problemas que enfrentamos hoje refletem problemas estruturais, que se reinventam a cada conjuntura e aparecem de formas diferentes (e às vezes nem tão diferentes assim) ao longo da história.

Por exemplo, hoje no Brasil as mulheres têm mais estudo que os homens, mas, mesmo assim, seus salários são mais baixos.

Segundo o IBGE, a renda média das mulheres em 2019 era de R\$1.985 e a de homens era de R\$2.555. Por outro lado, a renda média das mulheres negras era de R\$1.471, enquanto a das mulheres brancas era de R\$2.526. Entre os homens negros, a renda média era de R\$1.710 e, entre os homens brancos, de R\$3.388¹.

As mulheres negras são hoje o maior grupo de pessoas matriculadas nas instituições de ensino superior. As cotas raciais e outras políticas de ingresso à universidade

de foram muito importantes para que esse avanço tenha acontecido. Mas continua existindo uma desigualdade enorme nos salários e no acesso a cursos com carreiras de mais prestígio. Embora o acesso à educação tenha aumentado muito entre as mulheres negras, esse avanço não tem se refletido no aumento da renda média desse grupo social.

É difícil pensar nesses dados sem levarmos em consideração o passado escravocrata do nosso país e as desigualdades de gênero, que fizeram com que por muito tempo mulheres e pessoas negras não tivessem acesso à educação e fossem consideradas pessoas de menor valor e menor capacidade. Esse passado é inseparável do sexismo e do racismo que vivemos hoje, que coloca várias barreiras para que mulheres negras tenham o mesmo prestígio e os mesmos salários que homens e mulheres brancas na vida profissional. Apesar de termos avançado na democratização do acesso à educação superior no Brasil, a forma como se dá esse acesso continua carregando as desigualdades que marcam o nosso país. Esse é só um exemplo de como as coisas mudam, novos cenários e questões se desenham, mas as desigualdades que estruturam a nossa sociedade seguem moldando as nossas vidas. Por isso, é difícil seguirmos avançando se não combatemos radicalmente as desigualdades estruturais, se não enfrentarmos o nosso passado e como chegamos até aqui.

¹ Esses dados foram extraídos da 2ª Edição do estudo Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>

Gênero e cor de pele influenciam na renda dos trabalhadores

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL POR
GÊNERO E COR DE PELE (EM R\$)



Mulheres



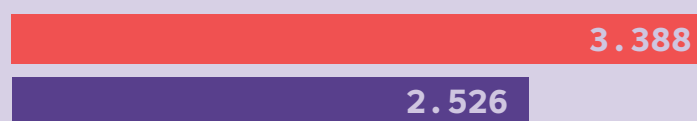
Homens

TOTAL



22% a menos do que
o salário masculino

BRANCOS



PRETOS OU PARDOS

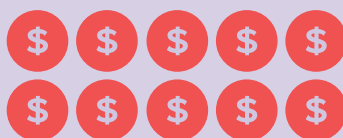


mulheres negras recebem
57% a menos do que
homens brancos

PARA CADA

R\$10,00

GANHOS POR UM
HOMEM BRANCO



UMA MULHER
NEGRA RECEBE

R\$4,30*



*considerando-se a média de rendimentos de homens e mulheres em 2019.

Fonte: dados do IBGE de 2019 divulgados em 4 de março de 2021

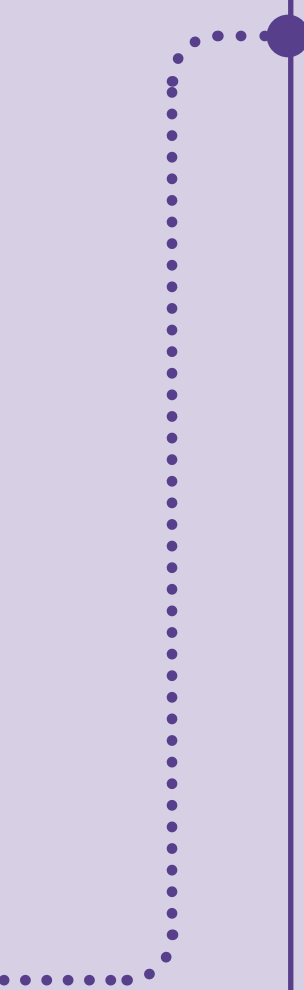
Crise política, crise da democracia, crise econômica, crise sanitária, crise social... E o impacto de tudo isso na vida das mulheres.

Desde 2013 o Brasil vem atravessando uma crise política e econômica que foi só se agravando, principalmente depois do golpe à Presidenta Dilma Rousseff em 2016. A eleição de Jair Bolsonaro à presidência radicalizou os problemas que já vínhamos atravessando e a crise se intensificou ainda mais com a pandemia do Covid-19.

Estamos vivendo um momento muito duro, com o aprofundamento das desigualdades, aumento da pobreza e da fome. A nossa população tem perdido cada vez mais o poder de compra e isso envolve também a compra de alimentos. Nos últimos três anos a cesta básica aumentou 48,3% e alguns produtos, como o óleo de soja, aumentaram até 153%. A tudo isso se somam as perdas dos nossos direitos e as ameaças à nossa democracia, que tem sido atacada todo dia.

Quem tem sentido essa conjuntura de forma mais danosa somos nós mulheres. Nós fomos, por exemplo, mais atingidas pelo desemprego que os homens durante a pandemia. O desemprego é violento, mas as mulheres, e principalmente as mulheres negras, não estão paradas. Não porque não queremos parar, mas porque não podemos. As mulheres que estão desempregadas seguem trabalhando da forma que dá, catando coco, catando latinha, fazendo o que for possível. São trabalhos extremamente precarizados e insalubres, que acabam se colocando como as alternativas possíveis neste cenário.

A pandemia também evidenciou uma coisa intrigante em relação ao trabalho doméstico. Um trabalho que foi sempre tão invisível e desvalorizado, de repente passou a ser entendido como trabalho essencial. Estados como Pará, Rio Grande do Sul e Maranhão incluíram o trabalho doméstico na lista de trabalhos essenciais durante a pandemia, ou seja, entre os trabalhos que não poderiam parar. A Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas reagiu e alguns estados recuaram ou modificaram suas medidas, outros não. Que um trabalho sempre tão marginalizado tenha sido considerado essencial nesse momento revela como a nossa sociedade está construída em cima da exploração de algumas pessoas, principalmente pessoas negras e mulheres, e que parece não encontrar formas de seguir funcionando sem esta exploração.



As mulheres estão em muitos serviços que foram considerados essenciais na pandemia, como a enfermagem, os serviços gerais, a sala de aula, entre outros. Muitas de nós não paramos de trabalhar, algumas fora de casa e outras transformando a casa em escritório. No meio de tudo isso, acumulamos ainda mais tarefas domésticas. As crianças e toda a família estavam a maior parte do tempo em casa e a quem cabe cuidar de todo mundo? Saímos do período de isolamento social exaustas e adoecidas, não apenas pela Covid e pela perda de tantas pessoas queridas, mas também pela sobrecarga de trabalho que vivemos nesse período.

A falta de seriedade com a qual o governo federal encarou a pandemia é uma das faces do neofascismo e do aprofundamento do neoliberalismo que marcam esse período. A ausência do Estado é responsável pelo número tão alto de mortes pela Covid-19 que tivemos no nosso país. Nós não podemos esquecer disso. Essa crise nos separou pela morte, mas nos juntou pela solidariedade e evidenciou a importância de pensarmos em soluções coletivas para os problemas que enfrentamos no mundo.

As crises que estamos vivendo também evidenciaram o crescimento do racismo e do machismo, o aumento da violência contra as mulheres e dos feminicídios. O Brasil continua estando entre os países que mais matam mulheres no mundo e é o país que mais mata pessoas trans. Tudo isso é parte de um projeto de ódio e de aprofundamento das desigualdades. Esses impactos não chegam da mesma forma em todas as regiões. A violência no campo e nas periferias das grandes cidades está crescendo de forma muito rápida e escancarada, principalmente contra populações tradicionais, pessoas negras, povos indígenas e quilombolas. O contexto é difícil para todas nós, mas não podemos esquecer que as dificuldades não chegam da mesma forma para cada uma.

O Brasil não está isolado nisso tudo. A extrema direita e o conservadorismo estão articulados mundialmente. Nós mulheres, nós pessoas de gênero dissidentes, povos indígenas, população negra, estamos disputando e construindo ideias para um futuro melhor, nas resistências diárias e nas lutas que construímos juntas. De um lado está a extrema direita conservadora e fascista. Do outro lado estamos nós, mulheres feministas que estamos na luta. O resultado das eleições presidenciais de 2022 abre possibilidades de mudança, mas há muito o que ser construído nos próximos anos.

Educação e feminismo

A educação tem um impacto muito forte no nosso imaginário social, na forma como homens e mulheres se relacionam e como isso se reflete na sociedade. Professoras e professores feministas e progressistas acreditam que as escolas precisam ser espaços que constroem um horizonte democrático para a nossa sociedade e isso significa combater toda forma de desigualdade e opressão que se expressa na escola e fora da escola.

Nos últimos anos, temos vivido uma série de ataques na área da educação. São tentativas de questionar a importância da igualdade e do respeito às diferenças que vinha sendo construída antes. A educação se transformou num campo de disputa. Ouvimos gente falando mal de professores e universidades, deslegitimando a importância da educação formal. Os recursos destinados à educação têm sofrido cortes brutais, que afetam diretamente o funcionamento de creches, escolas, escolas técnicas e universidades.

A forma como os debates de **gênero** têm sido discutidos por conservadores é muito preocupante e precisamos olhar cada vez mais para isso. A maioria dos projetos de lei que falam sobre as relações de gênero nas escolas chamam estes debates de **"Ideologia de Gênero"** e querem proibir discussões sobre violência sexual e violência contra as mulheres, sobre desigualdades entre homens e mulheres e **LGBTQIA+fobia**. A ferramenta principal desses grupos é distorcer as discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas, inventando mentiras sem pé nem cabeça.

Os projetos de lei conservadores têm uma tramitação mais rápida na Câmara dos Deputados do que os projetos feministas e eles vão desenhando rapidamente estratégias diferentes. Como os projetos relacionados a gênero e sexualidade não estavam sendo aprovados, deputados conservadores começaram a colocar em pauta a agenda da escola em casa (também conhecida como *homeschooling*, que significa escola/educação em casa em inglês) e da educação militar. A proposta desses projetos é que as famílias não precisem enviar seus filhos para a escola, que possam ensinar seus filhos e filhas apenas em casa. Esse tipo de proposta retira das crianças e jovens o direito à educação, acesso a informações e convívio com realidades diferentes. A ideia de que as crianças devem ser educadas em casa é um obstáculo para a convivência democrática, porque tira as crianças do convívio com pessoas diferentes e fortalece a ideia que apenas os valores da própria família estão corretos. Algumas famílias podem ter valores democráticos e de respeito às diferenças, outras não, e isso é muito arriscado. Outra pauta que tem estado muito forte é a da educação militar, que busca militarizar as escolas públicas, fazendo com que tenham pedagogias disciplinares militares e sustentem valores conservadores.

O Plano Nacional de Educação que temos hoje tem duração de 10 anos. Ele foi criado em 2014 e tem vigência até 2024. Em 2022 começam a ser construídas as conferências que vão produzir o próximo Plano Nacional de Educação (PNE) e as disputas em torno dos debates de gênero vão vir com tudo em 2023.

Gênero

Gênero é uma categoria criada para se referir a como as relações entre homens e mulheres são construídas socialmente. Isso porque, diferente do que as perspectivas mais conservadoras defendem, inúmeros estudos mostram que a forma como as relações sociais se dão hoje não têm relação direta com a nossa biologia. Elas são construídas socialmente, nas relações que se dão entre as pessoas em casa, nos espaços públicos, nos espaços religiosos, nas escolas e em todos os lugares em que a gente vive. O que a gente faz ou deixa de fazer tem o poder de reforçar ou enfraquecer comportamentos na sociedade que a gente vive. Essa é uma percepção bem importante para a luta feminista. Porque quando a gente entende que as relações entre homens e mulheres não são naturais ou “automáticas”, a gente consegue também entender duas coisas importantes. (1) Podemos mudar o que não é justo nessas relações e (2) as pessoas que não se encaixam nos padrões de “homem” e “mulher” que a sociedade em que vivemos construiu não são anormais, elas apenas se sentem de forma diferente e têm o direito de expressar as suas identidades livremente sem serem discriminadas.

Ideologia de gênero

No Brasil a expressão Ideologia de Gênero ganhou mais popularidade a partir do contexto de formulação do Plano Nacional de Educação de 2014. O PNE é um documento que serve de guia sobre como as escolas devem criar os seus currículos e o que deve ser ensinado nelas. O plano de 2014 fazia menção às discussões de gênero e foi atacado por setores conservadores da sociedade. No Congresso Nacional, a Bancada da Bíblia – que reúne católicos, evangélicos e espíritas – se articulou para barrar essas discussões. Nesse contexto, começou a se espalhar muitas informações falsas sobre o que é educação de gênero nas escolas. E, hoje, “Ideologia de Gênero” é uma expressão que tem sido utilizada como guarda-chuva para várias mentiras. Dizem que é coisa de pedófilos, que as escolas querem ensinar as crianças a fazer sexo, que vão ensinar as crianças a ser homossexuais ou incentivar que meninos se identificassem como meninas e meninas como meninos. Isso é tudo mentira. Discutir esses temas em sala de aula significa apenas conversar criticamente sobre preconceitos, discriminação e desigualdades na sociedade em que a gente vive. O propósito é fazer com que as crianças e jovens se respeitem e se aceitem como são. Serve também para que, no futuro, não sejam adultos que acham que mulheres são inferiores aos homens, que a mulher apanhar do marido é normal ou que as pessoas não podem ser livres para viver as suas sexualidades como desejarem.

LGBTQIA+fobia

LGBTQIA+ significa Lésbicas, Gays, Transexuais e Travestis, Queers, Intersex, Assexuados e mais. É uma palavra que agrega identidades sexuais e de gênero que são dissidentes, ou seja, identidades que não cabem nessa norma padrão que divide as pessoas entre homens e mulheres e ponto final. A sigla vem crescendo. Antes, a gente costumava ouvir falar em LGBTs. Esse crescimento acontece porque as pessoas têm buscado dar cada vez mais visibilidade à diversidade de identidades que não cabem nestes padrões. O “mais” (+) no final se refere às identidades ainda mais diversas, específicas ou ainda sem nome. É uma forma de dizer que as pessoas se entendem de formas diferentes e nem sempre cabem nessas caixinhas que a gente conhece. Fobia significa medo, falta de tolerância ou aversão a algo. LGBTQIA+fobia, então, significa medo ou aversão a pessoas que não se encaixam nos padrões de gênero e sexualidade. A LGBTQIA+fobia é crime no Brasil, ainda que aconteçam tantos episódios de violência que não são devidamente julgados.

Feminismo, democracia e eleições

A cada eleição somos confrontadas com o desafio de manter o debate feminista vivo e crítico durante os períodos eleitorais. Garantir a vitória das nossas candidatas e candidatos é fundamental, mas isso não pode estar dissociado de estratégias que fortaleçam as nossas pautas para além das eleições. Isso é um desafio para os movimentos feministas, porque, nesses períodos, pautas que são muito importantes para a gente são usadas como moedas de troca, são distorcidas e usadas para amedrontar as pessoas mais conservadoras. Com isso, candidatas e candidatos às vezes acabam recuando ou evitando falar dos seus compromissos com reivindicações como a **legalização do aborto**, a importância do ensino de gênero e sexualidade nas escolas ou os direitos da população LGBTQIA+

Boa parte da sociedade entende a democracia como algo a ser defendido e entende a importância do direito ao voto. Mas ainda mantemos um nível de informação política muito baixa em todas as classes sociais. As mulheres, com toda a nossa sobrecarga e os múltiplos turnos de trabalho, têm ainda menos tempo para se informar do que os homens. Com isso, as discussões políticas, o funcionamento do legislativo, os debates sobre representatividade, entre outros, ficam muito abstratos e parecem não ter nenhuma relação com o nosso cotidiano.

Nas eleições, diferentes projetos de sociedade são colocados em disputa. Isso é importante para a sociedade, para além das eleições em si. Como a gente faz das eleições um momento de debate com toda a sociedade, onde a gente consiga falar de temas que são difíceis com informação e não com tabus e mentiras? O que a gente faz para que as eleições sejam de fato um momento em que a gente consiga debater um projeto de país e, nesse debate, sejam incluídas discussões que afetam cotidianamente a vida das mulheres e normalmente são tidas como menos importantes?

As eleições de 2022 foram um divisor de águas. Nos últimos anos temos vivido uma escalada de violência, empobrecimento e retirada de direitos. Esse processo eleitoral pode mudar os rumos da direção na qual estamos caminhando. Mas ele é apenas o início de uma nova trilha que vamos precisar construir juntas. O resultado das eleições nos coloca diante de possibilidades de reconstrução, mas possibilidade de reconstrução não é em si uma reconstrução. Construir uma trilha feminista e à esquerda depois destas eleições dependerá da nossa força política e da nossa capacidade de articulação com outros movimentos, organizações e parlamentares.

Luta pela legalização do aborto

Os debates em torno do aborto são usados há décadas para atacar os movimentos feministas e candidaturas de esquerda. Ainda que o aborto seja comum na sociedade em que vivemos e quase todas as pessoas conheçam, pelo menos, alguém que já abortou, publicamente temos muita dificuldade de tratar deste tema. Mas é importante lembrar que pesquisas recentes¹ mostram que, apesar da resistência à legalização do aborto ainda ser muito grande entre brasileiras e brasileiros, esse índice tem caído gradualmente.

Nos últimos anos, os ataques conservadores e fundamentalistas têm se intensificado e utilizado cada vez mais chantagens morais. Conservadores têm defendido cada vez mais a Igreja e a família como espaços de acolhimento para as mulheres, tentando diminuir a importância do Estado para responder a problemas como a violência sexual e doméstica, por exemplo. Qual é a resposta que estamos dando a isso? Uma delas é a Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, uma das articulações de movimentos, organizações e grupos profissionais mais atuante do campo feminista no Brasil. A Frente tem atuado de diversas formas, desde respostas institucionais, ao monitoramento de serviços e criação de espaços de diálogo crítico com a sociedade. Sua estratégia se bifurca entre evitar retrocessos no campo institucional e ampliar a adesão na sociedade como um todo para o direito ao aborto.

Evidenciar que a casa e a Igreja também têm sido espaços de violência para muitas mulheres, jovens e crianças, tornando cada vez mais públicas e palpáveis essas experiências, pode ser um caminho para aprofundarmos, entre a população religiosa, o entendimento de que o Estado é que deve responder a estas violências. Buscar estratégias para manter o debate sobre a legalização do aborto aceso e de forma aberta nas eleições, sem medo, sendo pautado por candidaturas feministas, também é um caminho para enfrentarmos a manipulação que acontece em torno dessa pauta nos períodos eleitorais. Análises sobre os cenários que estamos vivendo e sobre os discursos que estão em disputa são sempre importantes para enfrentarmos cada momento com as suas singularidades. A atualização e a criatividade nas formas e nos meios de comunicação são também importantes para avançarmos.

1 Apesar do Brasil ser um dos países menos favoráveis à legalização total do aborto, em 2021 tivemos o percentual mais alto de pessoas opinando que “o aborto deve ser permitido sempre que uma mulher assim o desejar” ou “o aborto deve ser permitido em determinadas circunstâncias, por exemplo, no caso de uma mulher ter sido estuprada”. Em 2014, o percentual de pessoas que opinaram que o procedimento deveria ser permitido total ou parcialmente (soma das respostas mencionadas acima) foi de 53%. Em 2021, esse percentual foi de 64%. Dados disponíveis em: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2021-09/Global-views-on-abortion-report-2021.pdf>

Essas eleições mostraram ainda mais que não precisamos eleger apenas nossa ou nosso presidente, governadoras e governadores. É preciso eleger também bancadas que possam dar sustentação a esses governos. Deputadas estaduais, federais e senadoras que possam defender as pautas que consideramos importantes. Muitas vezes as candidaturas majoritárias roubam a cena dos debates e não se dá a devida atenção ao fato de que sem representantes no legislativo que possam apoiar os mandatos das prefeituras, governos estaduais e presidência, ou até mesmo pressionar e puxar esses mandatos para a esquerda, é difícil construirmos um projeto de esquerda. Eleger um legislativo que esteja alinhado às nossas lutas é uma preocupação que precisamos ter sempre em mente.

Nas eleições de 2022 o papel das mulheres na política e o voto feminino esteve no centro das discussões. Isso acontece por muitas razões. Acontece, em parte, porque nas últimas décadas temos conseguido avançar nas discussões sobre a baixa presença de mulheres, pessoas negras e indígenas nos espaços de poder e avançar também no número de parlamentares feministas que têm mantido esse debate aceso. Acontece, também, porque pesquisas recentes² têm revelado que as mulheres são a parcela do eleitorado mais indeciso nas últimas eleições e isso fez com que os partidos, sejam eles de esquerda ou não, passassem a traçar estratégias de como dialogar com esse público. E, por último, mas não menos relevante, acontece porque neste último governo estamos lidando com um nível muito alto de violência contra as mulheres, proferidas pelo próprio presidente e por seus apoiadores, o que tem mobilizado a indignação da população e mostrado a importância de combatermos essas violências em todos os espaços. Tudo isso colocou novos desafios para nós, feministas, nessas eleições. Ao mesmo tempo em que os velhos desafios continuam aí.

Temos mais mulheres candidatas, mas que mulheres queremos eleger? A direita também tem se apropriado do debate feminista sobre a importância da representação das mulheres e tem buscado o voto das mulheres apresentando candidaturas femininas. Esses partidos estão disputando que tipo de mulher queremos que nos represente e que ideais essas mulheres devem defender. Entre uma coisa e outra, temos visto mulheres defendendo estruturas conservadoras de família e a censura de discussões importantes em sala de aula.

Das eleições de 2018 para as de 2022, conseguimos fortalecer as candidaturas de mulheres, principalmente mulheres negras, trans e indígenas. A gente deve pensar nesse fortalecimento como um processo contínuo, que precisa ser discutido também fora das eleições, tanto dentro dos partidos como nos movimentos sociais e sindicatos, porque também é preciso combater o racismo, o machismo, a lgbtqia+fobia e as outras opressões que existem nos nossos próprios espaços para que possamos avançar.

² Para mais informações, ver: <https://www.elasquedecidem.com/>

Violência política

Para ocupar os espaços políticos, enfrentamos vários entraves institucionais, já que a forma como o nosso sistema político está estruturado dificulta a eleição de minorias políticas. Enfrentamos os entraves do preconceito e das desigualdades. E enfrentamos a violência política propriamente dita, através de ameaças, assédios e insultos. Para nós, mulheres cis e trans, pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, se eleger é a entrada para outra arena de disputa onde precisamos provar a nossa legitimidade, nossa contribuição e a nossa competência. Hoje nós temos mais mulheres que se identificam como feministas no Congresso e nas Assembleias legislativas. Mas algumas de nós estão adoecendo, estão sendo ameaçadas ou expulsas da política de diversas formas. Pensar em formas de cuidado coletivo com as mulheres que estão nesse fronte é um desafio imenso e urgente. Como podemos dar sustentação aos mandatos que elegemos? Qual é o nosso papel enquanto movimentos feministas? As mulheres que estão na política precisam de apoio e solidariedade, mas precisam também de segurança. E isso não deve ser um compromisso apenas dos movimentos, precisa também ser um compromisso dos partidos políticos. É importante que nós, movimentos feministas, pensemos como podemos fortalecer estas companheiras e cobrar dos partidos apoio institucional para os seus mandatos.

INTERNET

Quando a internet começou a ser um espaço de atuação política, surgiram também algumas caricaturas relacionadas a esse tipo de atuação. Diziam que era “feminismo de internet”, “feminismo de sofá”, como se aquela não fosse uma forma de atuação de verdade. Nós, dos movimentos sociais, tínhamos, e às vezes ainda temos, certo receio com as tecnologias porque aquilo parecia que não era concreto. As coisas foram mudando e as fronteiras entre a internet e a vida fora da internet têm se tornando cada vez mais indefinidas. As redes sociais refletem e também constroem a sociedade em que vivemos. Algumas pessoas falam que a internet é a nova rua. Mas talvez esse tipo de comparação não ajude a gente a pensar sobre a internet a partir da sua própria lógica. Ela é um lugar de encontro, é um lugar de debate, é um lugar de disputa, mas não é a rua. A rua continua existindo e a experiência de estar na rua continua sendo diferente da experiência de estar na internet, ainda que muita coisa que vemos acontecer na internet, também vemos acontecer nas ruas, e vice-versa. Mas aquela ideia que se tinha, de que a internet não era uma coisa concreta, parece fazer cada vez menos sentido. Tanto pelo impacto que a internet tem nas nossas vidas, como pela própria estrutura física e econômica que ela mobiliza. A pandemia fez com que a gente percebesse isso de forma mais nítida, já que as tecnologias fazem cada vez mais parte das nossas vidas. O lugar da internet no mundo de hoje e as disputas envolvidas no seu uso são muito complexas. Talvez seja mais fácil analisar o que está acontecendo do que encontrar soluções. Mas à medida que a gente vai entendendo melhor como as coisas funcionam, a gente vai também inventando novas formas de lidar com elas.

Internet e capitalismo

Elon Musk, o homem mais rico do mundo, comprou o Twitter¹. Porque ele comprou o Twitter? Porque é um espaço estratégico. Eles não estão comprando só uma rede. De alguma forma, eles estão comprando também os nossos corpos que estão ali, produzindo conteúdo, mobilizando ideias, tentando fazer discussões. A internet é um espaço capitalista. Dominado. Não tem como a gente vencer as disputas que acontecem nesse espaço enquanto as regras do jogo estiverem desenhadas do jeito que estão. Mas a gente tem que continuar disputando esse território, do mesmo jeito que a gente continua disputando o projeto de sociedade no qual a gente vive, ainda que a gente viva num mundo capitalista. Mas como fazer isso?

¹ Twitter é uma rede social que funciona como uma espécie de microblog. Ele permite que os usuários publiquem textos de até 280 caracteres e recebam as publicações dos contatos que seguem. O Twitter tem sido um termômetro para entender quais são os assuntos que têm mais repercussão na internet e tem uma grande capacidade de influenciar, também, o que repercute em outras redes sociais.

Desigualdade de recursos

Nós ainda não temos tanta compreensão de que estratégia adotar na internet e talvez isso revele a importância da gente pensar e discutir mais e mais sobre esse tema, porque a gente está fazendo uma disputa que a gente ainda não entendeu tão bem nem como funciona, nem o que podemos fazer com os recursos que a gente tem. O sentimento é de que nós, na esquerda, estamos sempre um passo atrás. A gente não consegue alcançar o ritmo das mudanças, que vão acontecendo com muito investimento e envolvem vários tipos de profissionais. A direita investe um dinheiro altíssimo para mobilizar as discussões que eles querem. Além dos robôs, eles pagam para as pessoas propagarem certas ideias, mantendo os temas que eles querem aquecidos em momentos estratégicos.

Desigualdade de acesso

Não dá para pensar sobre como fazemos política na internet sem levar em consideração a desigualdade que existe no acesso à internet no nosso país e no mundo. Essa desigualdade não divide as pessoas simplesmente entre quem acessa e quem não acessa a internet, mas também no tipo de uso que cada pessoa pode fazer dessas redes. Tudo isso precisa ser levado em consideração quando pensamos quem está em condições de ocupar esses espaços de debate, com quem e como queremos nos comunicar nas redes.

A internet é um território

Se você pegar seu celular e mandar uma mensagem para uma pessoa que está na sua frente, essa mensagem não vai simplesmente atravessar a sala e chegar nessa pessoa. Ela vai atravessar a cidade e talvez o país para chegar na pessoa que está na sua frente. Se a gente entender isso, a gente entende que, ao mesmo tempo em que a internet é um território por onde navegam idéias, é também um território muito concreto que tem cabos atravessando cidades inteiras e oceanos, que têm satélites e uma infraestrutura enorme. Não dá para a gente abrir mão de um território estratégico. Por mais difícil que seja, não dá pra gente abrir mão de nenhum território de disputa.

Atuação individual e atuação coletiva

Se nos espaços de atuação política que acontecem fora da internet a coletividade é fundamental para conquistar visibilidade, na internet acontece um pouco o contrário, principalmente com a força que as redes sociais têm hoje. Isso acontece porque a própria forma de organização dessas redes privilegia a personificação, a partilha da vida privada, a construção de personagens individuais. Perfis coletivos têm muito mais dificuldade de ter visibilidade do que perfis de influenciadoras. Nesse jogo de algoritmos, os estilos de vida feministas ganham cada vez mais força frente à atuação coletiva. Influenciadoras se tornam referências do que significa ser feminista a partir do que fazem nas suas vidas, sem isso significar necessariamente qualquer tipo de engajamento coletivo. Construir formas de influenciar na internet a partir de perspectivas coletivas é um dos desafios que temos pela frente.

Como estamos disputando esse território?

Disputar a internet não significa apenas disputar os temas ou as discussões que acontecem ali naquele espaço. Tem uma disputa estrutural, econômica e de conhecimento envolvida, que passa por disputar a própria lógica como essa internet está funcionando, as plataformas que usamos e o monopólio dessas plataformas. Por exemplo, o WhatsApp, o Facebook e o Instagram são do mesmo dono. O que isso significa pras nossas possibilidades de debate e circulação de informação dentro desses espaços? É importante que a gente se aproprie também dessas discussões. Quais são as organizações que estão participando do Comitê Gestor da Internet no Brasil? Por que a gente não está lá? Por que a gente não está nos espaços de debate sobre a internet? As nossas disputas por sementes, por terra, são disputas sobre a forma de organização da sociedade e são também disputas feministas. Nesse mesmo sentido, a internet também é uma disputa de toda a sociedade e é uma disputa feminista.

Feminismo **e internet**

De alguma forma, o feminismo já estava antecipando a necessidade de pensar sobre coisas que foram intensificadas pela pandemia como, por exemplo, sobre o que a virtualidade impõe à nossa corporalidade. Sem contato físico com as pessoas e no uso intenso das tecnologias digitais, nosso corpo fica restrito, fica confinado em certas posições, e algo se perde na nossa troca com outras pessoas. As feministas já estavam discutindo a importância de pensar sobre isso, de refletirmos sobre o impacto das tecnologias no nosso corpo, nas nossas emoções e nas nossas relações. Assim como a gente já vem discutindo a algum tempo a escalada da violência política na internet e como o fato de ser virtual não torna menor a violência que a gente vive nestes espaços. Os espaços feministas têm refletido de forma original sobre a internet.

Espaços autônomos **na internet**

No início dos anos 2010, quando a internet estava se fortalecendo como espaço de discussão política, ter blog era a moda. Aí vieram as redes sociais e nós passamos a ocupar as redes. Vamos pensar que tudo na internet é um aluguel. A gente pode alugar um quarto, um espacinho, ali no Facebook ou no Instagram, mas a gente pode ter a nossa própria casa também. O blog é como se fosse uma casinha que a gente vai lá e aluga direto do servidor. A gente não é dona dos cabos, mas os blogs são espaços muito mais autônomos que as redes sociais. A questão não é necessariamente sair do Facebook, do Instagram ou do Twitter. Mas é importante termos também práticas em espaços autônomos, onde a gente tem mais liberdade, onde é muito mais fácil da gente entender como funcionam os algoritmos e da gente preservar a nossa memória. Todo mundo já passou pela experiência de tentar buscar alguma informação antiga nas suas redes sociais e não conseguir achar. As redes sociais não foram feitas para guardar memória e a gente também não tem controle sobre o que colocamos nesses espaços. Se as redes fecharem amanhã, a gente guardou nossa memória que está registrada nesses lugares? Blog pode parecer uma coisa fora moda, pode parecer que a gente dialoga com menos gente porque todo mundo está nas redes sociais, mas tendo o nosso próprio espaço na internet é mais fácil também da gente ter liberdade, autonomia e preservar a nossa memória.

À ESQUERDA E ADIANTE

O cenário que vamos enfrentar nos próximos anos é difícil. Mas o rio da história sempre corre, mesmo que não de forma linear. A esperança nos dias melhores que vão chegar, junto com a confiança no caminho que estamos construindo passo a passo, talvez estejam entre as coisas mais importantes de serem alimentadas neste momento. Para que a gente não se deixe abater pelos desafios e também para que a gente possa ir colhendo pequenas vitórias nesse percurso, aqui deixamos algumas sementes que queremos que sejam regadas.

Defesa dos nossos projetos feministas de sociedade

Nós lutamos e construímos a sociedade que queremos viver a partir do feminismo. A defesa do SUS que a gente faz é a partir do feminismo, assim como a nossa luta por terra, por educação, contra a violência e por autonomia e liberdade. Entender as lutas amplas como lutas feministas nos posiciona diante dos movimentos e diante da sociedade. Isso nos distancia da ideia de que as nossas pautas são identitárias. É preciso fortalecer a compreensão de que nós estamos lutando para construir uma sociedade mais justa para todas as pessoas.

Fortalecer nossas parlamentares

Além de eleger mulheres feministas e antirracistas, precisamos também encontrar formas de protegê-las da imensa violência política que estamos vivendo. Precisamos fazer com que essa seja uma preocupação de todo o campo da esquerda, de parlamentares, partidos, organizações e movimentos. Precisamos manter essa discussão acesa, para que as violências às quais estamos expostas não sejam banalizadas.

Memória e renovação geracional

Cultivar a nossa memória de lutas, metodologias e estratégias é uma forma de potencializar as nossas ações no presente. Essas memórias se renovam com a chegada de novas militantes, que trazem também outras ideias. E quando essa memória se junta com novas estratégias a gente ganha potência e criatividade e passa a construir um fio que une o que fazemos hoje ao que construímos no passado. Afinal, o que nós construímos hoje não tem só a ver com as nossas vidas ou com as nossas formas de viver, mas com uma luta que nos conecta à quem veio antes de nós e a quem virá depois. Tem a ver com o projeto de mundo feminista que estamos construindo junto com tantas mulheres.

Encontros de feminismos, encontros de feministas

A estratégia e construção de um encontro nacional de movimentos, coletivos, organizações e feministas autônomas pode ser uma forma de dar potência à nossa atuação feminista articulada. Uma forma de dar visibilidade à força política das mulheres brasileiras. Nossos feminismos são muito diversos e temos muito o que aprender umas com as outras. Os encontros são espaços de troca, a gente se forma nos processos de construção, a gente se conhece, conhece as lutas e as vidas umas das outras. A gente aprende, troca, a gente se transforma e se fortalece.

Mídia e Comunicação Feminista

Hoje no Brasil as forças políticas feministas se articulam a partir de eventos ou enfrentamentos, mas os movimentos feministas não estão permanentemente articulados com os portais feministas. Fortalecer o entrosamento entre movimentos e mídias feministas pode ser uma forma de dar mais visibilidade às nossas demandas e ações e disputar melhor as narrativas que estão sendo construídas sobre o Brasil.

Fortalecer nossa articulação política nacional

Nós somos um campo político, uma força política. Mas apesar de termos uma capacidade grande de atuar para responder a contextos e ameaças, a gente não consegue atuar de forma articulada a médio e longo prazo. Construir uma articulação feminista nacional, com tantas diferenças, é algo difícil. Mas é também algo que pode potencializar a nossa força frente aos outros movimentos e partidos e frente à sociedade de forma mais ampla. Isso fortalece todas as organizações, inclusive individualmente, e fortalece também o nosso campo político. Mas pra que isso seja possível, a gente precisa ter espaços de construção em que a gente dialogue com as nossas diferenças, nacionalmente e localmente.

Lista de participantes

ALBERTINA COSTA

Socióloga, editora e ativista feminista. Pesquisadora Sênior da Fundação Carlos Chagas. São Paulo, SP.

ANNE MOURA

Secretária Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores. Rio de Janeiro, RJ e Manaus, AM.

BIANCA SANTANA

Jornalista e ativista do Movimento Negro. São Paulo, SP.

BIBIANA SERPA

Designer, colaboradora da Universidade Livre Feminista, militante da Articulação de Mulheres Brasileiras e pesquisadora da Rede Design e Opressão. Rio de Janeiro, RJ.

CARMEN SILVA

Socióloga e educadora, compõe o coletivo político profissional SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e é militante do Fórum de Mulheres de Pernambuco/Articulação de Mulheres Brasileiras. Recife, PE.

CAROL BISPO

Diretora da Elas Existem. Advogada e Criminóloga. Mestranda da UFF na linha de Segurança Pública e mãe da Duda. Cruzeiro do Sul, AC.

CHARÔ NUNES

Escreve. Arquiteta e urbanista, comunicadora pela defesa dos direitos humanos. Integra a coordenação das Blogueiras Negras. São Paulo, SP.

CRISTINA KENNE

Audiodescritora e consultora em Acessibilidade. Integrante do coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência e colaboradora da Universidade Livre Feminista. Porto Alegre, RS.

DEISE RECOARO

Pesquisadora, militante sindical bancária e feminista da Articulação de Mulheres Brasileira/SP. São Paulo, SP.

ELISA ANÍBAL

Jurista, defensora de Direitos Humanos, assessora do Grupo Curumim, militante feminista do Fórum de Mulheres de Pernambuco/Articulação de Mulheres Brasileiras. Recife, PE.

IEDA LEAL

Professora, Conselheira do Conselho Estadual de Educação - CEE/GO, Coordenadora do Centro de Referência Negra Lélia Gonzales, Vice Presidenta da CUT - GO e Coordenadora Nacional do MNU - Movimento Negro Unificado. Goiânia, GO.

JAQUELINE SANTOS

Fundação Friedrich Ebert-Brasil. São Paulo, SP.

JULIANA BORGES

Escritora, feminista e abolicionista penal. Co-fundadora do Orí Lab - Laboratório de idéias sobre Feminismos e Criminologia. São Paulo, SP.

KARINA FERNANDES

Economista, professora, coordenadora nacional das Brigadas Populares e dirigente estadual do PSOL-SP. Atua a quase dez anos com organização territorial de mulheres de ocupação de moradia e está também na setorial estadual de mulheres do partido. São Paulo, SP.

LINS ROBALLO

Vereadora pelo PT no município de São Borja, transgênero, assistente social, mestre em Ciências Sociais e Especialista em Políticas Públicas de Violência Intrafamiliar.

MAZÉ MORAIS

Agricultora familiar, secretária de Mulheres da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares) e coordenadora da 6ª Marcha das Margaridas. Brasília, DF.

MICHELA CALAÇA

Movimento de Mulheres Camponesas e Movimento Brasil Popular. Mossoró, RN.

PRISCILLA BRITO

Cientista política e colaboradora da Universidade Livre Feminista. Rio de Janeiro, RJ e Brasília, DF.

RITA PINHEIRO

Assessora da Secretaria Nacional de Mulheres da CUT. São Paulo, SP.

SOPHIA BRANCO

Socióloga, colaboradora da Universidade Livre Feminista e militante do Fórum de Mulheres de Pernambuco/Articulação de Mulheres Brasileiras. Recife, PE.

THAYZ ATHAYDE

Psicóloga e psicanalista. Doutora em Educação. Membro/Co-fundadora do Projeto Uma Psicanálise Outra e colaboradora da Universidade Livre Feminista. Curitiba, PR.

VALDINEIA SAURÉ

Gestora Pública, indígena ativista socioambiental do povo Munduruku e secretária da Associação de Mulheres Indígenas Suraras do Tapajós. Santarém, PA.

VIVIANE HERMIDA

Cese | Coordenadoria Ecumênica de Serviço. Salvador, BA.

WALDELI MELLEIRO

Fundação Friedrich Ebert-Brasil. São Paulo, SP.

DIÁLOGOS FEMINISTAS: NOSSOS FEMINISMOS E A CONJUNTURA POLÍTICA

é uma publicação que sistematiza o debate de mesmo título realizado entre 07 e 08 de junho de 2022, em São Paulo.

ORGANIZAÇÃO

Fundação Friedrich Ebert e
SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia

EDIÇÃO

Carmen Silva, Jaqueline Santos, Sophia Branco e Waldeli Melleiro

SISTEMATIZAÇÃO E TEXTOS

Sophia Branco

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Isabella Alves

São Paulo, fevereiro de 2023.

As opiniões expressas nesta publicação não refletem necessariamente as da Friedrich Ebert Stiftung (FES) ou do SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diálogos feministas [livro eletrônico] : nossos
feminismos e a conjuntura política. -- 1. ed. --
São Paulo : Fundação Friedrich Ebert : SOS Corpo -
Instituto Feminista para a Democracia, 2023.
PDF

Vários autores.
ISBN 978-65-87504-66-7

1. Ciência política 2. Ciências sociais
3. Gênero e identidade 4. Feminismo 5. Feminismo -
Aspectos culturais 6. Feminismo - Aspectos sociais
7. Feminismo - Brasil - História 8. Feminismo negro.

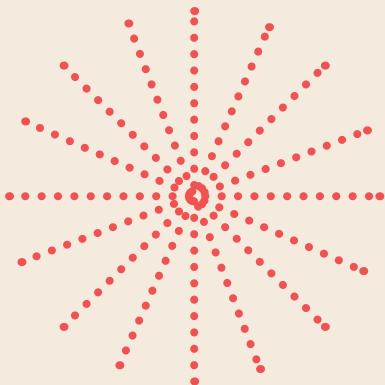
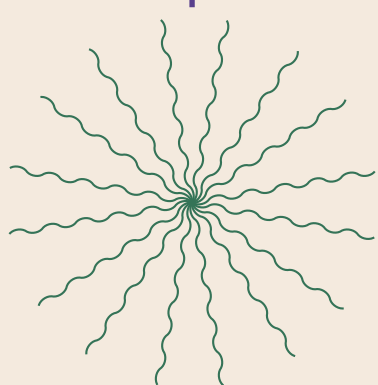
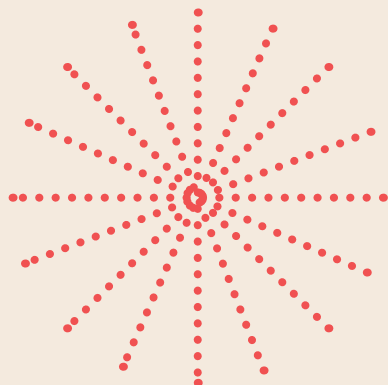
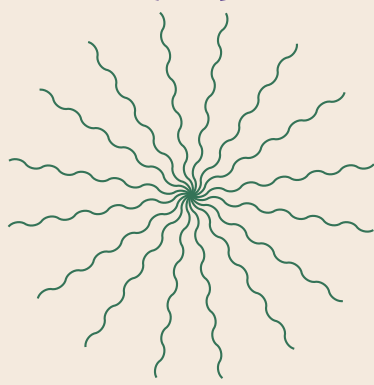
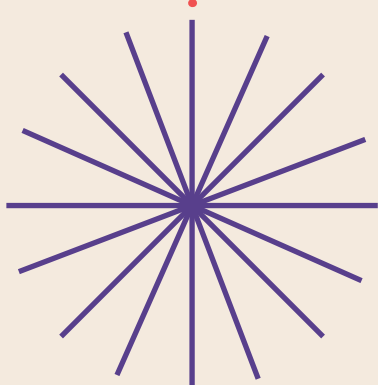
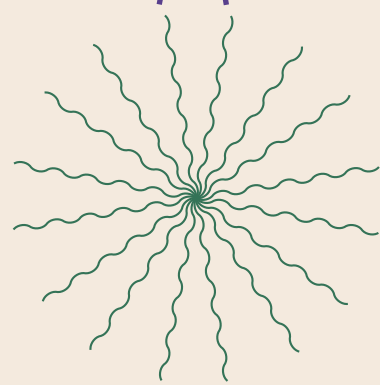
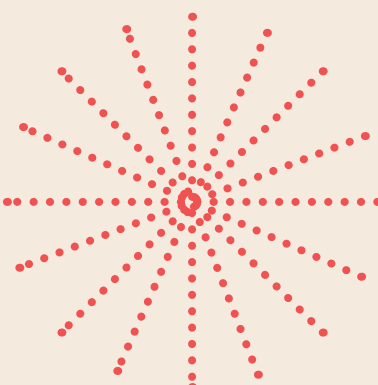
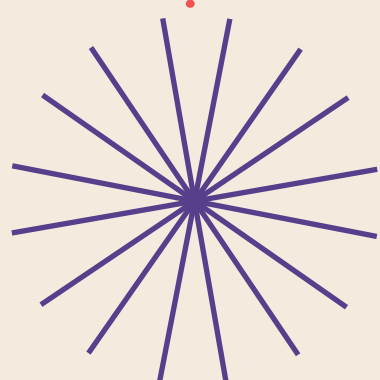
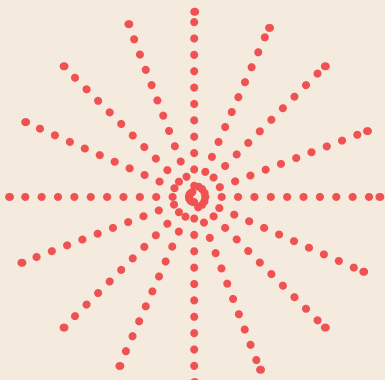
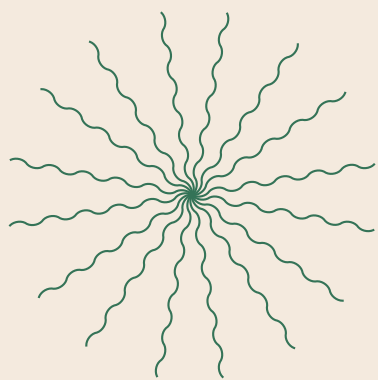
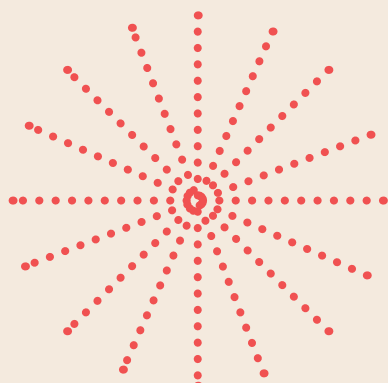
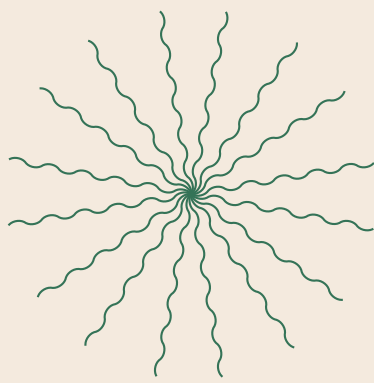
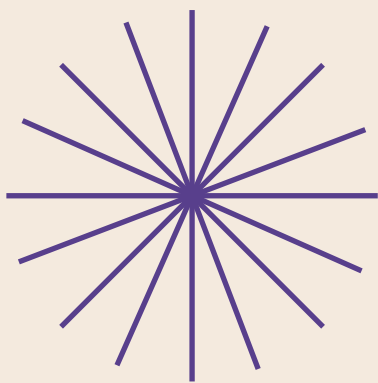
23-146149

CDD-305.420981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Feminismo : Articulação de Mulheres
Brasileiras : Sociologia 305.420981

Henrique Ribeiro Soares - Bibliotecário - CRB-8/9314





ISBN: 978-65-87504-67-4



9 786587 504674